

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE  
CURSO DE PSICOLOGIA

LORENA RIBEIRO NOVAIS SILVA

CLÍNICA PSICANALÍTICA E SUJEITOS "NÃO-NORMATIVOS"  
interpelações e novas proposições

SÃO PAULO  
2023

LORENA RIBEIRO NOVAIS SILVA

CLÍNICA PSICANALÍTICA E SUJEITOS "NÃO-NORMATIVOS"  
interpelações e novas proposições

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, sob orientação do Prof. Plínio de Almeida Maciel Jr.

SÃO PAULO  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família e amigos pelo suporte durante toda essa trajetória, em especial à minha mãe, meu pai e minha irmã. O apoio de vocês foi fundamental.

À minha madrinha, Raquel Novais, pelo olhar sincero e cuidadoso.

À minha namorada, Nina Simon, pelo carinho e amor.

Ao meu orientador, Prof. Plínio de Almeida Maciel Jr, pelas reuniões e leituras atentas.

À Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) pela oportunidade de realizar tal pesquisa.

## **Clínica Psicanalítica e Sujeitos "Não-Normativos"** - interpelações e novas proposições

7.00.00.00-0 – Ciências Humanas

7.07.10.01-5 Intervenção Terapêutica

Autoria: Lorena Ribeiro Novais Silva / e-mail: lorenarnovais@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Plínio de Almeida Maciel Jr. / Departamento de Psicologia do Desenvolvimento Humano / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde / e-mail: p\_macieljr@pucsp.br

### **RESUMO**

No interior de uma narrativa de apropriação da sexualidade como recurso biopolítico que garante a posição de normal e anormal ao sujeito, a Teoria *Queer* pode servir como um projeto de interesse para a psicanálise, já que possui como uma de suas bases de elaboração teórica a desnaturalização da sexualidade humana. A partir de tal consideração, desloca-se esta reflexão para o campo da clínica psicanalítica, denunciando atos e discursos patologizantes e normativos frente às sexualidades dissidentes. Para isso, propõe-se centralizar a figura do analista como horizonte de interpelação, fundamentalmente, analisa-se as condições (formativas, teóricas e metodológicas) do analista que fomentam posturas violentas em relação aos sujeitos não-normativos. Portanto, recupera-se a história psicanalítica das sociedades ipeanas em relação à aceitação de candidatos gays e às teorizações estigmatizantes sobre os sujeitos homossexuais e transexuais. Em um segundo momento, retomam-se alguns elementos centrais da clínica psicanalítica, tais como os conceitos de transferência, contratransferência, sujeito do inconsciente e a proposta ética psicanalítica. Fundamentado-se em tais conceitos, propõe-se um debate acerca da identidade, das noções de sujeito e humano, da condição de monstro e subalternidade dos sujeitos não-normativos e da interrelação entre o campo do intrapsíquico e do social. O trabalho apresentado é de cunho temático-teórico e recorre a artigos, livros e obras de autores psicanalistas e *queers* e, em destaque, a autores contemporâneos brasileiros, para fundamentação de conceitos e debates propostos. Por fim, aponta-se para o horizonte ético da psicanálise como forma de reivindicar a enunciação e centralização do desejo de tais sujeitos.

**palavras-chave:** Clínica psicanalítica; Teoria *queer*; sujeitos não-normativos

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	6
2. Os estudos <i>queer</i> e a desnaturalização da sexualidade.....	14
2.1. Os sujeitos dissidentes: da anormalidade às “multidões <i>queer</i> ”....	16
3. Interpelações à psicanálise.....	23
3.1. A eleição de candidatos homossexuais.....	24
3.2. Psicanálise e a “homossexualidade”.....	30
3.3. Psicanálise e a “transexualidade”.....	39
4. O <i>queer</i> da clínica .....	44
4.1. Soluções identitárias?.....	51
4.2. Por uma clínica situada .....	56
4.3. O “monstro” e os limites do humano.....	63
4.4. A clínica das “multidões”.....	72
5. Considerações finais.....	87
6. Referências bibliográficas.....	91

## 1. Introdução

Em 2019, a fala proferida pelo filósofo e escritor espanhol Paul Preciado, na Escola da Causa Freudiana na França, ecoou fortemente nas reflexões psicanalíticas francesas e internacionais. Preciado (2022), interessado em ampliar os estudos *queer* e realizar críticas pautadas nesse referencial ético-político, expõe, às sociedades psicanalíticas, críticas referentes à constituição institucional da comunidade psicanalítica, às bases teóricas advindas das formulações freudianas e lacanianas e ao projeto hegemônico de clínica. A fim de fundamentar sua fala, Preciado aborda: a) a proibição e a falta de analistas trans ou não binários; b) a associação do discurso psicanalítico aos médicos e psiquiatras que produzem verdades sobre o sujeito dissidente e não permitem a sua própria enunciação; c) a utilização de conceitos generificados e essencialistas como a categoria “mulher” posta como um “outro”, estranho e exótico; d) a prática de atrelar os sujeitos transexuais à recusa da diferença sexual como um sintoma psicótico a quem se conferem diagnósticos e cura; e) o modelo privilegiado de sujeito universal como homem, branco, cis e hétero; f) a investigação no desenvolvimento e sinais da história do sujeito na busca por um trauma que comprove e justifique a homossexualidade e transexualidade; g) por fim, a construção de diversos pontos teóricos pautados pelo conceito supostamente fundante da diferença sexual.

O discurso de Preciado (2022) parece organizar e esquematizar uma série de incômodos do autor em relação à psicanálise que já haviam sido abordados em suas obras anteriores. A imagem inicial apresentada por Preciado para introduzir sua linha argumentativa é a do macaco Pedro Vermelho, personagem escrito por Kafka em “Um relatório para uma Academia” (1917)<sup>1</sup>. A utilização desse personagem opera como uma alusão à experiência tida por Preciado como uma pessoa trans e não binária que, como Pedro Vermelho, teve que aprender a língua hegemônica e colonizadora para sobreviver. A utilização desse personagem opera como uma metáfora à experiência tida por Preciado como uma pessoa trans e não binária que, como Pedro Vermelho, teve que

---

<sup>1</sup> KAFKA, F. (1917). Um relatório para uma Academia. In: *Um médico rural*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 57-67.

aprender a língua hegemônica e colonizadora para sobreviver. Desse modo, o relato de Preciado é constituído por sua trajetória como um corpo marcado pela abjeção e violência política, social e discursiva das mais diferentes áreas do conhecimento, dentre elas a psicanálise.

O conteúdo teórico apresentado pelo filósofo visa a produzir questionamentos ao que concerne à teoria psicanalítica e aos conceitos nela imbricados. Além disso, destaca-se a posição de Preciado como um sujeito não-normativo frente a um discurso institucionalizado, que historicamente esteve atuante na elaboração de saberes estigmatizantes acerca das orientações sexuais e identidades de gênero. A partir dessa cena, Preciado demonstra alguns pontos importantes.

De início, o autor relata os efeitos subjetivos da normatização sexual e da ordem binária, que confere os atributos de normalidade e anormalidade a um corpo trans e homossexual por meio dos discursos médicos, jurídicos e psicológicos. Há, ainda, outros dois pontos centrais no que concerne à produção científica hegemônica: em primeiro lugar, a naturalização de um sujeito universal e a utilização dessa “figura singular” como base para outras teorizações (por exemplo, fala-se sobre a homossexualidade tendo como referência a heterossexualidade como categoria sexual normal). Em segundo lugar, demonstra que as produções teóricas partem de um corpo acadêmico muito restrito, composto apenas por núcleos identitários fortemente privilegiados no acesso à academia. Este ponto fica enfatizado quando Preciado (2022) questiona a presença de analistas trans e não binários, denunciando a dificuldade (na verdade, o preconceito) da aceitação de candidatos dessas identidades para a formação de psicanalistas. Fundamenta, assim, sua crítica, na falta de teóricos não-normativos na produção de temas como a homossexualidade e transexualidade.

Por fim, o autor denuncia a falta de amparo e acolhimento oferecido nas áreas da saúde aos sujeitos não-normativos. Tal afirmação recai fortemente sobre os discursos médicos, psiquiátricos e psicológicos, porém, pode ser estendida à psicanálise quando esta exhibe uma práxis estigmatizante. Em síntese, Preciado (2022) verbaliza a necessidade de revisão da Psicanálise, no que concerne o seu campo teórico, institucional e clínico.

Além da contribuição de Paul Preciado, é imprescindível a convocação de pensadoras como Monique Wittig (2022), escritora feminista, materialista e francesa que teceu uma série de análises sobre a psicanálise em seu texto “A mente hétero,” avaliando a linguagem como dispositivo atrelado a uma rede de poder que invade os múltiplos campos teóricos. Wittig (2022) retoma a noção de linguagem, cara a Lacan, a fim de subsidiar uma crítica à noção de “inconsciente estrutural” como uma formulação discursiva que alicerça a opressão social dos sujeitos não inseridos na norma heterossexual, pelas postulações teóricas supostamente a-históricas de constituição do sujeito como universal e invariante. O ponto de Wittig pode ser exemplificado pelo personagem Pedro Vermelho utilizado por Preciado, pois, quando se postula elementos de inteligibilidade vinculados à linguagem — ou seja, o reconhecimento social está associado à possibilidade de falar e ser ouvido — constrói-se uma única linguagem hegemônica e, portanto, subalterniza-se os sujeitos que não “falam” por meio dela. A autora radicaliza quando questiona se a única possibilidade de atuação, interpretação e significação do sintoma, da diminuição do sofrimento e dos conteúdos inconsciente ser “desvelada” é exclusiva dos psicanalistas. Dessa forma, eles se autorizam como detentores de um saber sobre o outro, nesse caso, marcadamente diferente daquele construído pelo atravessamento de gênero.

Wittig (2022) se posiciona fortemente a favor da escuta dos analisandos como contribuição imprescindível na produção teórica e clínica. Parte-se do ponto de que, quando o analista se assenhora de um saber “autoinstituído” e “autolegitimado” sobre o outro, ele produz silenciamento e não validação do seu discurso. Portanto, articula-se, necessariamente, o privilégio social ao privilégio epistêmico, na medida em que o sujeito compreendido como universal, com reconhecimento e garantias sociais, tem também o acesso às produções epistemológicas que fundamentam a teoria. Nesse sentido, em última instância, os planos teórico, clínico e institucional se complementam por girarem em torno de um centro comum: o sujeito hegemônico universalizante e essencialista que depende, fundamentalmente, para o seu reconhecimento como tal, da ação de exclusão e reiteração performativa do outro como abjeto, estigmatizando-o e patologizando-o.

Wittig (*Ibid.*) aponta, portanto, a matriz heterossexual como pressuposição fundante da sociedade moderna que, mais do que um regime sexual de opressão material, dá-se como um sistema de pensamento que “desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem, e de todos os fenômenos subjetivos” (WITTIG, 2022, p. 62). A autora afirma que o exercício de tomar as apreensões como leis gerais verdadeiras para todos, baseadas em categorias situadas como a diferença entre os sexos, tem como efeito restringir a enunciação somente pelo crivo do “serás-hétero-ou-não-serás”. De fato, o regime heterossexual, com suas instituições dominantes, depende do “diferente” como categoria ontológica, ao passo que funciona, em todos os âmbitos, pela exclusão e dominação do outro inferiorizado. Isto significa que, caso o sujeito abjeto pleiteie inteligibilidade e escuta – e, no radical, o reconhecimento como sujeito – este deve ser feito nos “termos” da heterossexualidade.

Wittig e Preciado tecem argumentos que operam como justificativas da necessidade de uma interpelação à psicanálise. Tal como outros recortes sociais – como a discussão sobre os atravessamentos raciais que acometem a relação analítica – muito se tem produzido no âmbito teórico da psicanálise como proposta de criticar e promover reformulações de certos conceitos, principalmente freudianos. Como exemplo, pode-se apontar os pressupostos normativos utilizados por Freud nas formulações acerca do falo, do Complexo de Édipo, da feminilidade, da homossexualidade e da perversão. Compreende-se que a psicanálise se torna alvo de intensos debates por flertar com diversos campos do conhecimento e ter no cerne de suas teorizações a sexualidade humana. Contudo, torna-se claro que ela se presta à promoção de um saber sobre a sexualidade que frequentemente se aproxima de aspectos limitantes e patologizantes por uma suposta universalização, neutralidade e hegemonia teórica.

Nota-se a falta de produções endereçadas ao fazer clínico, não como uma prática neutra, a-histórica e apolítica, mas que receba as contribuições dos teóricos *queer* à prática analítica. Para além de visar uma prática libertária e subversiva, é preciso que a psicanálise construa uma postura autocrítica e disponibilize dispositivos éticos, metodológicos e teóricos. Nesse sentido, são

insuficientes as respostas oferecidas por psicanalistas que argumentam estar na essência da prática analítica o respeito à singularidade do sujeito e se posicionam contrários aos estudos feministas, de gênero, sexualidade e *queer*. Não se pretende “cair” em resoluções simplistas, como a hipótese de que a identidade do analista e do analisando viram condições fundamentais para um bom desenvolvimento do processo analítico; porém, deve-se ter em vista a não isenção de atravessamentos singulares em relação às questões de gênero.

A clínica psicanalítica é, portanto, selecionada como objeto de pesquisa e interpelação por três motivos: primeiro, como dito anteriormente, em comparação com os estudos sobre a teoria e metapsicologia psicanalítica, a clínica ainda é um tema pouco trabalhado na interface com os estudos *queer*. Além disso, a prática clínica, como dispositivo de manejo com o sofrimento, deve estar em constante reavaliação e reformulação para que não produza uma escuta violenta e normativa. Por fim, considera-se que, com enfoque na clínica, é possível analisar a própria relação analítica e trabalhar conceitos fundamentais como “transferência” e “contratransferência”. Desse modo, o horizonte de análise não se torna, somente, a posição e marcação de subalternidade dos sujeitos não-normativos no setting analítico, mas direciona-se a interpelação ao analista (sua formação, seus alicerces teóricos e seus impedimentos contratransferenciais).

Desse modo, objetiva-se questionar o que fomenta o imaginário do analista quando posto frente ao sujeito não-normativo e, portanto, o quê desse imaginário incide na sua prática clínica que a torna estigmatizante. Assim, debate-se: a) o quê da formação do analista propicia práticas normativas em relação às questões de sexualidade e gênero; b) quais alicerces teóricos estão disponíveis e à serviço do analista para pensar sobre as temáticas não-normativas na clínica; c) como a relação transferencial (e contratransferencial) e a escuta do inconsciente são atravessadas por marcadores de gênero e sexualidade; d) quais os impactos na relação analítica de posições tão diferentes de inteligibilidade social ocupadas pelo analista e pelo analisando; e) como recuperar a posição de enunciação reivindicada pelos teóricos representantes do movimento *queer* diante de uma práxis psicanalítica normativa que reitera o

silenciamento; por fim, f) quais as potencialidades éticas da psicanálise em relação a uma proposta subversiva e libertária de clínica.

Portanto, este trabalho se configura como uma reflexão de cunho temático-teórico que se propõe a refletir sobre tais problemáticas a partir do levantamento de artigos, livros e obras de pesquisadores contemporâneos majoritariamente brasileiros. Compreende-se a extensão do tema proposto e por isso realizam-se alguns recortes metodológicos *a priori*: a psicanálise se coloca como um saber heterogêneo, sendo reformulada por diversas correntes e escolas; portanto opta-se especialmente pela teoria freudiana e lacaniana como referenciais teóricos e clínicos. A fim de garantir um debate propício para o contexto, elegem-se psicanalistas brasileiros e contemporâneos que façam a mediação e interpelações entre a psicanálise e estudos *queer*. Contudo, somente de forma sucinta e essencial, recorre-se às formulações diretas de Freud e Lacan, sendo escolhida esta forma de trabalho tendo em vista o prazo estabelecido para esta pesquisa que não possibilitou tais aprofundamentos. Para fundamentar as críticas endereçadas à psicanálise utiliza-se como referencial teórico a Teoria *queer* e seu projeto de desnaturalização da sexualidade. Para isso, recorre-se às duas figuras mais importante e representativas da proposta aqui feita: Judith Butler e Paul Preciado.

Subsidiados por tais autores, investiga-se, portanto, a formação dos processos de exclusão dos sujeitos que não compartilham – em suas práticas, performances, desejos e escolhas objetais – da norma heterossexual. Considerando os questionamentos de Preciado e Wittig, bem como a argumentação realizada ao longo do texto, seleciona-se como agentes das “interpelações” à clínica psicanalítica os sujeitos nomeados como “sujeitos não-normativos”. Tal nomeação advém da pretensão de não utilizar categorias identitárias, mas enunciar a posição de subalternidade desses sujeitos, para então propor uma subversão na posição discursiva: a saída da posição de subalternidade para a de sujeito da enunciação, do reconhecimento e do desejo.

A fim de apresentar uma discussão fundamentada, objetiva-se demonstrar os elementos constitutivos do pensamento *queer*, que amparam e orientam as críticas realizadas à psicanálise, principalmente no que concerne à

posição de abjeção do sujeito não-normativo e a normatização da sexualidade. No capítulo seguinte, explora-se a posição de comunidades psicanalíticas diante de duas temáticas. A primeira refere-se a não aceitação de homossexuais como candidatos à analista nas sociedades psicanalíticas ipeanas, a partir da pesquisa do psicanalista Lucas Bulamah (2014). Pretende-se demonstrar, no campo da institucionalização da psicanálise, quais foram as práticas e discursos que engendraram a posição de exclusão do analista homossexual, seja por falas explícitas que denotam homofobia ou pelo que Lucas Bulamah (2014) nomeia como “regra não escrita”.

Em seguida, discorre-se sobre algumas teorizações psicanalíticas em relação à homossexualidade e transexualidade. O intuito desses subtópicos seguintes é, mediante elucidações sobre a compreensão da transexualidade e homossexualidade para a psicanálise, fomentar as discussões realizadas posteriormente sobre a clínica psicanalítica, tendo em vista a questão de José Stona e Andrea Ferrara: “quando um analista recebe pela primeira vez uma pessoa trans e vai em busca do arcabouço teórico da psicanálise como suporte da escuta, quais seriam os fundamentos depositos na teoria para a sustentação dessa escuta?” (STONA; FERRARI, 2020b, p. 2). Portanto, demonstrar as posições dos analistas ao longo dos anos, em relação às demandas dos homossexuais e transexuais, funciona como instrumento para construir críticas efetivas ao manejo clínico psicanalítico. Em consenso com os outros capítulos, a psicanálise será abordada com preferência para as teorias de Freud e Lacan.

Tendo em vista o percurso teórico traçado, no início do último capítulo apresenta-se sucintamente alguns elementos importantes para a compreensão da clínica psicanalítica; assim tornam-se mais palpáveis as críticas realizadas ao fazer clínico enviesado. Em seguida, propõe-se discussões ao que foi nomeado como o “*queer* da clínica”, ou seja, esse fenômeno de inadequação de um sistema sexo-gênero que causa incômodo e estranheza no outro e diz sobre os processos de poder, que reiteram estruturalmente essa posição de abjeção; posição essa que ressoa no analista e é respondida com horror na relação analítica. De início, realiza-se um debate sobre os limites da identidade na clínica e relação transferencial, partindo-se das propostas do psicanalista estadunidense Richard Isay e do movimento por “analistas seguros” que

apontam para a identidade como dispositivo que garantiria uma clínica livre de preconceitos e estigmatizações. Pensando a identidade como uma possível resposta inicial, que resolveria os problemas em torno dos gêneros ininteligíveis na clínica, objetiva-se desmontar tal argumento indicando as deficiências do campo identitário.

Para fortificar a discussão, resgata-se a relação indispensável entre clínica e social por meio de contribuições de psicanalistas brasileiros que debatem sobre a incidência do campo do social, político e econômico na leitura do sujeito da psicanálise – compreendendo que este sujeito se constitui *pele* e *no* laço social. Trazer a dimensão do social e político para a discussão situa que, não somente as práticas e discursos psicanalíticos estão atravessadas por aspectos referentes ao seu contexto social, mas percebem-se perdas importantes na escuta, em casos nos quais o sujeito é lido exclusivamente por sua dimensão intrapsíquica. Possibilitar uma compreensão e uma escuta do sujeito levando em consideração seu enredamento no laço social, permite centralizar o “gênero” como categoria social imprescindível na discussão de uma clínica promissora. Além disso, discute-se a dimensão social do sofrimento psíquico que atravessa os sujeitos não-normativos e, em especial, os embates transferenciais e contratransferenciais do encontro de um analista e um analisando em posições sociais, discursivas e subjetivas opostas, em que há explícito jogos de poder. Para isso, por fim, apontam-se os limites e problemáticas em torno da formação dos analistas, aspecto importante que incide ativamente (e eticamente) na escuta psicanalítica.

Em um terceiro momento, constrói-se um debate acerca da categoria do monstro e tensiona-se os limites do humano – e limites do sujeito – provocados quando se assume um sujeito em condições exatas ou análogas à monstruosidade (por exemplo, a perversão). Novamente, pretende-se pensar sobre essas condições na relação analítica, questionando como se constitui a posição do analista frente ao sujeito não-normativo, que propicia somente o seu silenciamento e o que ressoa da posição de inteligibilidade que oferece unicamente esse manejo. Traçar tal discussão inclui avaliar quais são as configurações disponíveis para o enquadre e reconhecimento da humanidade, do “ser humano”, o que implica, em última instância, questionar os campos de

possibilidade de se existir e se identificar – tendo em vista que a identificação é o mecanismo base para a constituição do sujeito.

No último subtópico, realiza-se um debate acerca da posição de subalternidade fortemente reiterada pela psicanálise e psicanalistas quando estes dispõem de práticas violentas, demonstrando que o sujeito subalterno é incompatível com o sujeito do inconsciente, da enunciação e do desejo, que a psicanálise se presta a escutar e teorizar. Desse modo, recupera-se o conceito “multidão de minorias” na tentativa de reivindicar reformulações práticas e teóricas do campo psicanalítico que promovam a fala do sujeito não-normativo. Por fim, utilizam-se as contribuições de Cunha (2022) para retomar alguns elementos debatidos ao longo do texto e organizar uma proposta fundamentada de interpelação.

## **2. Os estudos *queer* e a desnaturalização da sexualidade**

Tendo em vista que a proposta dessa pesquisa é promover uma reflexão acerca do manejo com pacientes não-normativos, eleger-se o campo dos estudos *queer* para sustentar e fomentar tais reflexões, pois ele atua pressionando o campo psicanalítico para que se preste a produzir conciliações e ressignificações a fim de garantir uma teoria não datada e não estigmatizante. A Teoria *queer* entra como “saber” que impulsiona, ampara e instrumentaliza os questionamentos críticos endereçados à psicanálise, a partir de uma sobreposição de preceitos que repensam a dissidência da norma sexual vigente. Resgata-se, portanto, autores *queer* que explicitamente desenvolveram uma crítica à teoria e clínica psicanalíticas, como Judith Butler e Paul Preciado, mas também se recorre a autores de outros campos do conhecimento lidos pelas lentes *queer*.

Em um contexto de surgimento da epidemia da AIDS e da dissipação da homofobia pelas camadas conservadoras como resposta ao que se considerou “câncer gay”, a Teoria *queer* surge em meados dos anos 1980 com o intuito de subverter e radicalizar a compreensão sobre a identidade, o gênero e a sexualidade. Os estudos *queer* nascem no interior do pensamento feminista – principalmente de vertente radical, lésbica e marxista – considerando este um espaço que se propunha a avançar nas teorizações sobre os papéis de gênero

e nas análises das relações de poder que fixavam a mulher no lugar de submissão. É preciso mencionar que concomitante e relacionado à teoria feminista, o movimento de gays e lésbicas também entrou no cenário como importante agente no debate da sexualidade, já que propôs a discussão de igualdade de direitos legais, denúncia da homofobia e reivindicação da despatologização de suas identidades (MISKOLCI, 2021).

Os teóricos *queer*, entretanto, dispunham de críticas tanto à compreensão do lado conservador da direita estadunidense quanto às formulações defendidas pelo movimento feminista e pelo movimento gay e lésbico. Eles apontavam para o caráter “assimilacionista” encontrado nas reivindicações do movimento gay e lésbico por direitos como o casamento reconhecido pelo Estado, a possibilidade de adoção e a homoparentalidade. O caráter de “assimilação” denunciado pelo pensamento *queer* demonstra que tais reivindicações são feitas por gays e lésbicas brancos e de classe média, que postulam a adequação e a aceitação de suas identidades, sem questionar a lógica enredada na homofobia de exclusão, patologização e abjeção. Desse modo, não garantem um posicionamento crítico frente aos processos de estigmatização, por desconsiderarem atravessamentos de classe, raça, identidade sexual e produzirem um ideal de “passabilidade” para a aceitação social (MISKOLCI, 2021).

Além disso, principalmente a partir da crítica de Butler (2019) à centralização da mulher como sujeito único do feminismo, construiu-se uma crítica ao identitarismo dos movimentos feministas, apontando que, no processo de reiteração de uma identidade há, contraprodutivamente, a solidificação de um ideal e, com isso, a exclusão de outras representações de gênero e sexualidade. Butler (2019) aponta que o feminismo deveria questionar a própria categoria “mulher” ao invés de reincidir em uma certa essencialização e afirmação do que seria a “mulher”. Isto pretende ser superado no movimento *queer* com o protagonismo de outras identidades (trans, não binárias, intersexos, entre outras) e pela completa desnaturalização da identidade que o termo *queer* preconiza, na medida em que “*queer* não é um lugar estável, confortável, seguro; é um espaço de tensão, está em movimento” (GANG, 2020, p.17).

Ambos os movimentos, portanto, tinham suas limitações teóricas e conceituais: enquanto o movimento homossexual se preocupava em defender uma imagem de respeitabilidade e normalidade, guiado principalmente pela classe média branca, o movimento feminista formulava suas concepções acerca da mulher como sujeito inerente e inquestionável do feminismo. Desse modo, o *queer* visa o enfrentamento do desafio da inadequação posta pelas normas sociais e da domesticação dos seus corpos. Assim:

O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer da linha abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação e ao desprezo coletivo. (MISKOLCI, 2021, p. 25)

Os estudos *queer*, então, nascem da tentativa de questionar o cerne biológico da construção da identidade sexual e tensionar os sistemas binários, baseando-se nas críticas feitas pelo estruturalismo e pós-estruturalismo, pelo marxismo, pela psicanálise e pelos estudos feministas. Partindo da interpretação da socióloga brasileira Berenice Bento (2017), os teóricos *queer* podem ser agrupados por três pressupostos: a) negar a essencialidade da identidade, b) ir contra o binarismo como pilar da constituição da identidade e c) entender o corpo como um espaço atravessado por discursos e práticas de poder.

Desse modo, a Teoria *Queer* se apresenta contrária a naturalização da heterossexualidade, tensionando-a e analisando-a como uma categoria inventada e construída na qual está em jogo a “heterossexualidade compulsória”, o “heterossexismo” e a “heteronormatividade”. Segundo Miskolci (2021), essas conceitualizações entrelaçam a pressuposição e imposição da heterossexualidade para todos os sujeitos, centralizada em uma organização social que pauta as estruturas e instituições sociais pelo modelo heterossexual da família e da reprodução.

### **2.1. Os sujeitos dissidentes: da anormalidade às “multidões *queer*”**

Em relação ao termo “sujeitos não-normativos” realiza-se um recorte referenciado aos sujeitos que dissidem de um espectro normativo de gênero e

sexualidade – do sistema sexo/gênero, como escrito por Gayle Rubin<sup>2</sup>. É escolhido nomear este recorte populacional como “sujeito dissidentes da norma sexual” ou “sujeitos não-normativos” e não sujeitos “LGBTQIA+” ou “*queer*”. Tal escolha está fundamentada em duas considerações: em primeiro lugar, compreende-se que o termo “LGBTQIA+” restringe o debate à repartição de especificidades identitárias e intenta garantir uma certa estabilidade – mesmo que ilusória – a estes sujeitos. Portanto, tendo em vista que “a identidade estaria mais no campo de um ideal normativo do que de uma real descrição das experiências vividas” (RODRIGUES; GRUMAN, 2021, p. 74), cogitou-se o termo “*queer*” pela sua intenção de superar e tensionar estes preceitos identitários, na medida que:

*queer* não é meramente outra identidade que pode ser adicionada a uma lista de categorias sociais asseadas, nem é a soma quantitativa de nossas identidades. Pelo contrário, é a posição qualitativa de oposição às expressões de estabilidade – uma identidade que problematiza os limites administráveis da identidade. (GANG, 2020, p. 24)

Ainda que “*queer*” possa soar correto frente à proposta pensada, julga-se que tal termo é pouco utilizado no contexto brasileiro, principalmente fora dos meios acadêmicos. Desse modo, escolhe-se a noção “não-normativos” ou “sujeitos dissidentes”, a fim de eleger um referencial que ultrapasse os limites da identidade e que seja própria para o contexto decolonial escrito. O segundo ponto considerado é a possibilidade de analisar a condição de abjeção e precariedade, postas como marcas dos sujeitos não-normativos, como aspectos relacionais, ao passo que “lembramos que aquilo que é da ordem do abjeto é sempre contingencial: ou seja, depende do sistema em que está inserido. Não há ontologia do abjeto” (RODRIGUES; GRUMAN; 2021, p. 76). Desse modo, garante-se que o sujeito não seja referido pela sua condição de precariedade, o que significaria emitir um caráter de essencialidade ou limitá-lo a ela, permitindo aberturas para uma nova articulação entre performatividades dissidentes e precariedade.

---

<sup>2</sup> O conceito de sistema sexo/gênero é exposto por Gayle Rubin (2017) em sua leitura sobre as estruturas de parentesco, a instituição familiar, as divisões sexuais e o discurso psicanalítico. Rubin entende esse termo por um fenômeno histórico situado sobre o qual a sexualidade é moldada e regulada, já que passa por um processo de culturalização.

A fim de propor a sexualidade como uma categoria não natural e inerente ao sujeito, é preciso entender que esse significante se torna significativo socialmente a partir das relações sociais e que, por isso, é representativo do contexto de determinada cultura. Pensar sobre a sexualidade como um processo por meio de símbolos, atos, linguagens, fantasias e representações pressupõe o ensino e aprendizagens de seus códigos. Tendo como exemplo a primeira interpelação sofrida pelo bebê, que se dá no descobrimento do genital feminino ou masculino e permite o enunciado performativo de dizer se (será) é um menino ou uma menina. Como demonstra perfeitamente Judith Butler (2019), esse enunciado não tem o intuito somente de passar uma informação, mas é também um produtor e transformador da realidade. Nesse momento, a construção imagética dos cuidadores é invadida de inúmeros significantes sexuais que serão, dali em diante, depositados, cobrados ou interpelantes ao bebê.

Dessa forma, a linguagem que constitui sexualmente o sujeito marca quais são as práticas e identidades hegemônicas e naturais, e quais serão marginalizadas e negadas. É importante reiterar que o discurso sexual sobre os corpos é definido pelo disciplinamento e pela política de gestão, visando à coerção. Há um investimento auto performático dos sujeitos sobre formas de atuar sua sexualidade e seu gênero, que, conjuntamente à intencionalidade da sociedade, caminha num movimento de tentar fixar e naturalizar a identidade heterossexual.

Para isso, retoma-se a obra “História da sexualidade: a vontade de saber”, lançada em 1976, na qual Foucault (2019) reposiciona a problemática da sexualidade no cerne dos atos e discursos que contemplam as agências biopolíticas dos sujeitos. Essas dizem respeito tanto as manifestações e caracterizações patologizantes da homossexualidade e transexualidade quanto ao manejo da sexualidade na tentativa de fundar a sociedade moderna ocidental a partir da administração de categorias como a saúde, a reprodução, a instituição familiar, as taxas de natalidade, entre outras (TAYLOR, 2018). Gerencia-se a sexualidade de modo não neutro com o intuito de prover uma organização social baseada na heterossexualidade, o que pressupõe a reiteração do sujeito, da cultura e do modo de vida hétero e, assim, a marginalização e estigmatização dos sujeitos não-normativos.

Desse modo, o filósofo francês critica as postulações feitas sobre a sexualidade que seguem a hipótese repressiva e apresenta novos argumentos partindo de sua busca arqueológica para defender o século XIX como potencialmente produtivo no campo do sexual – o que ele denominou como *scientia sexualis*. Esta forma de ordenação da sexualidade é marcada pela grande proliferação dos discursos no interior de jogos de saberes e poderes discursivos. Assim, o dispositivo da sexualidade é constituído por essa rede de produções legitimadoras e normalizadoras de diversas instituições, principalmente instaurada pela “ciência da confissão” através do catolicismo, da psicanálise, da medicina e da família. Essa nova forma de pensar a sexualidade constitui uma produção e busca de encontrar e definir a “verdadeira sexualidade”, através de tecnologias de regulação da essência sexual do indivíduo (ASSIS; OLIVEIRA, 2009).

Compreende-se que a constituição das identidades se dá de forma política e que, atravessadas pelos aparatos de poder, é impossível separar tais categorias da sexualidade, tendo em vista que esses conceitos se entrelaçam na sua historização e prometem garantir pertencimento ou exclusão e normalidade ou abjeção. Partindo dessa lógica, a sexualidade e o gênero são configurados pelo seu modelo central: a heterossexualidade ou, nos termos de Judith Butler, a “heteronormatividade fundacional” (BUTLER, 2019).

A partir da crítica às teorias feministas sobre a teorização do gênero e da mulher, Butler (2019) aponta para a imprescindibilidade de considerar a suposta “escolha” ou “expressão” gênero como limitados, marcados e moldados por uma ordem discursiva. A “experiência discursivamente condicionada” (BUTLER, 2019, p. 30) instaura que o gênero se dá pelas estruturas de poder no qual o sujeito se encontra, pois é preciso considerar a inserção compulsória do sujeito neste “quadro regulatório” como campo de produção, circunscrição e delimitação de escolhas, desejos, ações e representações. É importante marcar tais dispositivos, tendo em vista que estes instauram uma “matriz de inteligibilidade” – a coerência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual – de representação e performatividade de gênero. Como demonstra a teórica *queer*, a inteligibilidade garante um reconhecimento social mínimo, e aos sujeitos não inteligíveis, até a noção de humano é questionada, ao passo que “[...] as pessoas só se tornam

inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero" (BUTLER, 2019, p. 42).

A fim de garantir uma suposta inteligibilidade, o que pressupõe a materialidade, cristalização ou concretude do gênero, Butler (2019) aponta para o processo de performatividade. A noção de performatividade, a partir dos atos estilizados reiterados, demonstra que a instauração de um gênero ao sujeito e ao corpo nunca é completa, na medida que ela precisa se perpetuar para aparentar o caráter de inteligível, estável e de uma identidade fixa. Desse modo:

Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do "sexo" trabalham de forma performativa para construir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo no corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2020, p. 16)

É nesse sentido que Butler (2019) aponta para a ficcionalidade do gênero, pois este não é caracterizado como substância que possui validade ontológica *a priori*, ou seja, o seu caráter de cristalizado, natural, material e enrijecido advém de uma suposta "substancialização", uma falsa naturalidade e materialidade do corpo sexual com o intuito de preservar a congruência artificial entre sexo-gênero-desejo, que é buscada pela reiteração – tanto da discursividade por meio da linguagem quanto pelos atos performativos (SALIH, 2019). É preciso mencionar que este "quadro regulatório" que incide discursivamente sobre o corpo "generificado", é constituído pelos preceitos heterossexuais, e é conforme o estabelecimento dessa noção normativa de representação dos gêneros binários "homem" e "mulher" e, necessariamente heterossexuais, em que se funda a inteligibilidade e a abjeção (BUTLER, 2019).

Paul Preciado (2014), defende que o processo de sexualização do corpo é pautado no modelo heterossexual que define a diferença sexual produzindo certos significantes sexuais como exclusivos e excludentes. Pensa-se que essa atuação reiterada que caracteriza mulher e homens advém de um processo histórico de investimento pela linguagem e objetiva um ideal de corpo masculino e um feminino, principalmente através dos discursos médicos. Essa produção do

gênero denuncia o seu caráter protético assegurando que seu processo não se dá na materialidade do corpo, o que faz Preciado pensar sobre a identidade homossexual estigmatizada e dada como anormal e abjeta pela medicina e pelos aparatos legais em um sistema sexopolítico.

O tecnogênero é um termo cunhado por Preciado (2018) pela justaposição de algumas teorizações: as conceitualizações de Butler sobre a materialidade, substancialização e performatividade de gênero; a noção de “tecnologia” pensada por Teresa de Lauretis<sup>3</sup> que associa tal termo à gerência do corpo, da sexualidade, das subjetividades, da linguagem, do gênero e do sujeito; as contribuições de Monique Wittig<sup>4</sup> e Adrienne Rich<sup>5</sup>; a ideia do gênero inserido em um contexto macropolítico farmacopornográfico, o que compreende a incidência da indústria farmacêutica, da pornografia, da pílula como dispositivo panóptico, das técnicas cirúrgicas, endocrinológicas e protéticas a partir da Segunda Guerra Mundial; os procedimentos de John Money que firmavam a binaridade sexual na década de 1950 e o cunho do termo “identidade de gênero”; e, por fim, a compreensão das identidades “homem” e “mulher” como ficções somáticas investidas pela lógica heterossexual e reprodutiva.

A partir desses aparatos discursivos – conceitualizados por “dispositivos sexopolíticos” por Preciado (2011) – que inscrevem o “corpo hétero”, os sujeitos dissidentes dessa norma são caracterizados como “anormais”. Preciado, em uma tentativa de conceder um sentido político à noção de “anormal”, elege a expressão “multidões *queer*”, como corpos que agem por uma perspectiva de desterritorialização da heterossexualidade e objetivam a “desidentificação (para retomar a formulação de De Lauretis), identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual”

---

<sup>3</sup> Principalmente, a partir da sua texto “Tecnologias de gênero”, publicado originalmente em 1987. [DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121-155.]

<sup>4</sup> Pode-se citar o compilado de textos publicados como “O pensamento hétero: e outros ensaios” em 2022. [WITTIG, Monique. O pensamento hétero. In: WITTIG, Monique. *O pensamento hétero: e outros ensaios*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022].

<sup>5</sup> Adrienne Rich é responsável por cunhar o termo “heterossexualidade compulsória”, trabalhado em seu artigo “Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica”, publicado em 1980. [RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica: e outros ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019. 164p.].

(PRECIADO, 2011, p. 15). Os sujeitos que não passam pela vistoria da ordem heterossexual, atacados como “sapatas”, “bichas”, “travecos”, reocupam um lugar central de resistência à normalização, como protagonistas de interpelações às estruturas e saberes dominantes, entre elas, a psicanálise. São estes sujeitos desviantes, anormais e abjetos que tomam a enunciação, na medida em que:

Nesse sentido, as políticas das multidões *queer* se opõem não somente às instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também às epistemologias sexopolíticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência. (PRECIADO, 2011, p. 18)

Como a “anormalidade” analisada por Preciado, o caráter da precariedade e da abjeção também são aspectos que incidem sobre os sujeitos dissidentes. Segundo Leite Junior (2012), a partir do desenvolvimento do conceito feito por Julia Kristeva e Judith Butler, a abjeção inscreve um não-reconhecimento social, marcado por algo não compartilhado, “de fora” e que contempla as performatividades de gênero não conformadas à lógica heterossexual – ou seja, os sujeitos ininteligíveis. Desse modo:

[..] pode-se afirmar que o abjeto é o ininteligível, aquilo que, na constituição do sujeito (individual ou social), é expulso como não categorizável. O abjeto é que está fora das categorias de pensamento socialmente inteligíveis. (LEITE JUNIOR, 2012, p. 560)

Como demonstra Rodrigues e Gruman (2021), Butler (2019) caminha em sua filosofia partindo da ideia de “abjeção” para os termos “precariedade” e “não-enlutamento” na tentativa de pensar os corpos subjugados. Na visão de Butler sobre a filosofia de Julia Kristeva, a abjeção se configura como aquilo que foi expulso do sujeito, que se qualifica como estrangeiro, outro, impensável, indizível e marginalizado, que é impossível de se integrar de ser passível de inteligibilidade e o que é construído como “não-eu”. A abjeção está posta no enredamento das produções de aceitação/rejeição feitas pela matriz sexual normativa, e são estas que garantem e reiteram a “identidade”. Ao passo que, para uma construção identitária estável, pressupõe-se que a sociedade reitere uma identidade de oposição, garantido a constituição de binarismos opostos e excludentes.

Butler segue em suas obras, a partir da reflexão sobre os recortes identitários (pessoas em situação de encarceramento, imigrantes e a condição do povo palestino), introduzindo a noção de “precariedade” e “vidas não-enlutáveis”. A autora lança mão de tais termos para tentar compreender quais sujeitos são ininteligíveis e não-integráveis, quais vidas são passíveis e têm direito ao luto e qual é a condição de precariedade desses corpos. Assim:

É importante observar que a condição de enlutável não é algo que se dê apenas quando a morte acontece, mas, bem ao contrário, ser enlutável é condição para que uma vida seja cuidada desde o seu nascimento, é condição para que uma vida seja inteligível como vida, seja enquadrada como cabível na heteronorma. (RODRIGUES; GRUMAN, 2021, p. 81)

O caráter da abjeção e precariedade demonstra que, para além dos crimes de ódio cometidos contra a população LGBTQIA+ e sujeitos *queer*, dissidentes, anormais, há uma violência discursiva no próprio reconhecimento desses sujeitos como um outro validado. Desse modo, em diversas instâncias, a homofobia e a transfobia marcam os sujeitos dissidentes em sua própria constituição psíquica, tendo sua subjetividade atravessada pelo silenciamento, exclusão e patologização. Tal explicitação assevera a relevância de uma psicanálise incumbida de promover um fazer clínico que considere tais atravessamentos e, para além, garanta um saber não-normativo por meio de seus atos e discursos, o que será discutido mais profundamente a seguir.

### **3. Interações à psicanálise**

A partir da pretensão de analisar as tecnologias e discursos da clínica psicanalítica de forma mais apropriada, é preciso considerar a relação interdependente entre clínica, teoria e instituição psicanalítica. Portanto, para compreender os processos formadores de uma escuta e prática clínica normatizadas e propor um projeto de interseção dos estudos de gênero e *queer*, há a necessidade de, para além das questões próprias da clínica, aprofundar-se nos outros âmbitos que significam e alicerçam a psicanálise.

Torna-se importante pontuar tais questões considerando que apresentam como as atuações psicanalíticas são permeadas pela interface sociopolítica, situadas em um contexto arraigado em valores morais e em constante ligação

com outros campos do saber como história, antropologia e economia. A partir desse ponto, abre-se margem para rearticular a teorização psicanalítica considerando a interseccionalidade que está posta, visando a uma prática própria de seu tempo.

Tais disposições também demonstram como o discurso psicanalítico estava vinculado fortemente às manifestações de instâncias midiáticas, políticas e médicas – principalmente considerando a correlação intensa entre a psicanálise e a psiquiatria, vigorosamente representada pela *American Psychoanalytic Association (APsaA)* no contexto estadunidense. Percebe-se a intenção da psicanálise de entrar e conquistar um espaço de saber no imaginário social, sendo validada por suas observações de campos políticos, sociais, religiosos, educacionais, sexuais, entre outros. Além disso, infere-se que muitas dessas posições teorizam e reproduzem saberes e concepções normativas referentes aos seus campos.

Desse modo, elenca-se neste capítulo dois temas que incidem sob a clínica psicanalítica a fim de exemplificar o manejo com os sujeitos não-normativos procedido pela psicanálise. Em primeiro lugar, a eleição e formação de analistas homossexuais e, posteriormente, a posição da psicanálise frente às temáticas da homossexualidade e transexualidade. O objetivo desses subtópicos não é apresentar de forma extensa as conceitualizações de Freud e Lacan, bem como de outros psicanalistas sobre as categorias da homossexualidade e transexualidade, mas sim expor um quadro que possibilite compreender o que se revela de um certo discurso psicanalítico pela maneira de lidar com tais categorias. Tal objetivo está em consonância com a indagação de Thamy Ayouch “quando se fala de homossexualidade na teoria e na clínica, quem fala, a quem está dirigido esse discurso e que ontologia revela” (AYOUCHE, 2015, p. 17) – questionamento que pode ser estendido ao campo das sexualidades não normativas, em geral.

### **3.1. A eleição de candidatos homossexuais**

Há, portanto, uma grande problemática em torno da não admissão de candidatos homossexuais, que evidencia um ponto conflitante entre a psicanálise e as diversas formas de gênero e sexualidade, principalmente

considerando a relação direta entre a formação do analista e a edificação da psicanálise. Evidencia-se o caráter velado nas atitudes da *The International Psychoanalytical Association* (IPA<sup>6</sup>) pela não concretização escrita em regra do impedimento no ingresso de candidatos homossexuais, ou seja, não havia a institucionalização da posição teórica e política dos psicanalistas ipeanos<sup>7</sup>, somente percebia-se o efeito prático: não se aceitava analistas publicamente gays.

Torna-se imprescindível adentrar os caminhos que hegemonizaram e engendraram tais ideias. Ao longo do processo de consolidação da psicanálise, dispunha-se, como preocupação central, da tentativa de institucionalização da comunidade psicanalítica que garantisse o rigor referente à transmissão da metapsicologia, clínica postulada por Sigmund Freud, e a formação dos futuros analistas. A partir dessa demanda de padronização e burocratização, considerando que nesse momento os analistas eram médicos e intelectuais que estudavam informalmente a obra freudiana, em 1920, a IPA, advinda do Instituto Psicanalítico de Berlim, preconiza o modelo tripartite indispensável à formação de analista: a análise pessoal, a supervisão clínica e o estudo teórico. É importante mencionar que a IPA foi criada por Freud em 1911 e se tornou a principal organizadora e transmissora da psicanálise, ou seja, uma instância surgida para assegurar, congregar e regular esse saber.

Esse movimento de institucionalização e fortificação da psicanálise tinha como um de seus principais objetivos protegê-la contra impostores que poderiam desvirtuar esse saber pela via da implementação de conceitos e manejos não psicanalíticos, portanto, assegurar que a psicanálise não fosse vista como charlatanismo. É importante mencionar essa preocupação, tendo em vista uma grande dispersão da psicanálise que, segundo o psicanalista Renato Mezan (2014), pode ser classificada em três tipos: geográfica, doutrinária e institucional. Desse modo, ocorreu um processo de exportação de saber para outros países, que pressupunha uma nova tradução e significação dos conceitos, além de reler e aplicar os pressupostos psicanalíticos a outros contextos sociais e áreas

---

<sup>6</sup> Em português, Associação Psicanalítica Internacional.

<sup>7</sup> Isto é, integrantes da IPA.

científicas e culturais. Principalmente considerando que esta fase, de 1940 a 1975, é designada como a “era das escolas”, não é mais possível referenciar-se a uma “verdadeira psicanálise”, pela dissipação de outras escolas e pensamentos que procedem de Freud (MEZAN, 2014).

Constata-se uma grande dualidade dessa ação: se de um lado há a intenção de transmitir a experiência do que seria o trabalho da psicanálise – a escuta de uma instância conflitante com a moral social pregada, regida por seus próprios desejos e intenções: o inconsciente –, por outro lado, há a necessidade de, efetivamente, concretizar que a psicanálise seja reconhecida científica e culturalmente, além da carência da padronização da formação. Obviamente este modo de conduzir a transmissão da psicanálise foi amplamente questionado e apresenta diversos problemas, como o paradoxo de tentar “cuidar” da psicanálise para que ela não se perca, e acabar caindo em uma normatização do que é a verdadeira psicanálise e uma massificação do movimento psicanalítico.

Retoma-se o exemplo fatídico de Jacques Lacan e sua saída da IPA por critérios referente à burocratização, padronização e hierarquização das sociedades psicanalíticas ipeanas às quais era filiado; a partir de 1938, Lacan passa a integrar a Sociedade Psicanalítica de Paris. Principalmente por conta de sua proposta de medir o tempo das sessões pelo chamado tempo lógico, defendido por Lacan pela regência temporal do inconsciente, e de seus questionamentos referentes à polêmica da análise didática e à padronização e hierarquização impostas pela IPA, o psicanalista abandona este modelo e ingressa na Sociedade Francesa de Psicanálise em 1953 (BASTOS, 2015). Entende-se que na época da saída de Lacan, a IPA já há algum tempo não representava os interesses dos diversos psicanalistas, principalmente pela rigidez dos processos burocráticos e da dificuldade de permitir a entrada de novas correntes derivadas da psicanálise freudiana.

Para além da concretização do tripé, o interesse de burocratizar o fazer psicanalítico abrange toda uma organização institucional, que também viabiliza e autoriza o “status de analista”. Assim, propunha-se um processo de seleção de candidatos que pré-estabelecia uma questão de classe, considerando os altos

custos da formação da IPA. Não somente garantia-se uma classe social mais abastada para o futuro da categoria dos analistas, como também de brancos e heterossexuais, reforçando um estereótipo específico para a entrada na psicanálise. Pode-se dizer, então, de uma grande regência de aspectos que corroboram uma ideia meritocrática e de democracia racial, principalmente quando os situa dentro do regime colonial repetido nas instituições psicanalíticas brasileiras.

Há, nesse sentido, como apontado por Lucas Bulamah (2014), uma problemática diante da eleição de candidatos homossexuais masculinos à formação de analista centralizada no processo de institucionalização da psicanálise que, segundo o autor, está atrelada ao panorama sociopolítico que contextualiza tais acontecimentos.

Em especial, durante a década de 1960, as associações psicanalíticas dos EUA recebiam muitas denúncias de discriminação, sobretudo considerando que estavam sob influência da psiquiatria norte-americana, principal veículo de formação da opinião pública validado como autoridade científica sobre a homossexualidade. Destaca-se também a emergência dos estudos de Irving Bieber, psicanalista estadunidense considerado um grande conhecedor da homossexualidade (especificamente masculina) que produzia “demonstrações da eficiência da eletroconvulsoterapia no tratamento dos ‘desvios’ homossexuais” (BULAMAH, 2014, p. 29). Há ainda, um embate muito preeminente entre psicanalistas como Judd Marmor, Robert Stoller e Richard Isay que defendem a não associação *a priori* entre homossexualidade e as doenças mentais, justificando não haver comprovações científicas para essas determinações ideológicas.

Impulsionados por esses anos de tensionamento, a década de 1980 apresenta um panorama de maior embate direto objetivando mudanças efetivas e institucionais, principalmente liderado por Richard Isay em parceria com Richard Friedman, Robert Stoller e Stanley Leavy (psicanalistas filiados a APsaA). Além disso, mais exatamente em 1992, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a homossexualidade do Código Internacional de Doenças (CID), desatrelando a homossexualidade da noção de “doença mental”.

Obviamente tais eventos de tensionamento do *establishment* psicanalítico e psiquiátrico foram respondidos também pelo fortalecimento de estruturas conservadoras. Notam-se, contudo, mudanças efetivas que caminham pela inclusão e despatologização dessas instituições, exemplificadas pela exposição de um movimento de psicanalistas da APsaA que se declaram homossexuais publicamente. Tais transformações são tributárias da atuação de movimentos sociais, associações civis e um número de psicanalistas (anteriormente referidos), que se mobilizaram pelos direitos dos homossexuais.

A partir do contexto evidenciado até aqui e para compreender melhor a apresentação argumentativa proposta por Bulamah (2014) e o posicionamento da IPA frente às questões ligadas às dissidências de gênero e sexualidade, torna-se importante pontuar alguns acontecimentos relevantes no processo de abertura das Associações psicanalíticas: as cartas trocadas por Ernest Jones com Otto Rank e Freud e os movimentos de pressão às APsaA e IPA feitos por Richard Isay durante as décadas de 1970 e 1980.

Em 1921, ocorreu uma discussão significativa em um grupo de psicanalistas próximos a Freud, liderados por Ernest Jones – uma das maiores figuras na difusão e ampliação da psicanálise –, que debateram sobre duas características essenciais de candidatos elegíveis à formação de analista: a homossexualidade e a não formação em medicina. Em uma carta do mesmo ano, Jones se posiciona contrário à aceitação de candidatos homossexuais. Diferentemente dessa posição, Otto Rank apoiado por Freud, responde em favor da aceitação de homossexuais como candidatos a analistas, afirmando não haver justificativas suficientes e que “uma decisão em tais casos deve depender de um cuidadoso exame de outras qualidades do candidato” (BULAMAH, 2014, p. 12). Nas cartas trocadas com Rank e dentro das discussões do Comitê Secreto<sup>8</sup> havia o debate sobre a proscrição de candidatos abertamente homossexuais à formação de analista nas instituições ipeanas. Não somente Ernest Jones, como também Abraham, Sachs e Eitingon, foram contrariados por Freud pelos seus posicionamentos normativos.

---

<sup>8</sup> O Comitê Secreto era uma instância criada por Jones que visou estabelecer os rumos da psicanálise e preservá-la como uma doutrina freudiana, principalmente frente às dissonâncias com Carl Jung.

Vale salientar também os acontecimentos nas décadas de 1980 e 1990 liderados por Richard Isay, primeiro psicanalista associado à IPA a teorizar sobre a homossexualidade e se identificar publicamente como homossexual. Isay fazia considerações tidas atualmente como polêmicas em relação à homossexualidade. Foca-se, entretanto, nas conquistas institucionais e burocráticas de Isay em relação a maior abertura para a inclusão de analistas homossexuais, anteriormente barrados, ganhas após anos de tensionamento com a IPA e a APsaA. Há ainda a postura de Isay de apoiar a ideia de que pacientes homossexuais se beneficiariam mais caso seus analistas fossem abertamente homossexuais, o que aborda a problemática em torno da identificação paciente-analista, algo que será debatido a seguir.

Destaca-se a experiência de análise compartilhada por Isay com o intuito de tornar-se psicanalista, a qual relata que se esforçava para convencer a si e ao seu analista (dídato vinculado a APsaA) sobre sua artificial heterossexualidade; ainda, ele relata que o analista reiterava e reforçava positivamente sua relação com mulheres, já que “seu desejo de tornar-se psicanalista competente contribuía para a negação de sua homossexualidade” (BULAMAH, 2014, p. 35). Nesse sentido, percebe-se o curso de uma concepção que tomam as associações psicanalíticas ao aceitar analisar pacientes homossexuais tendo como pressuposto a cura de seu orientação sexual, ou seja, a “terapia de conversão” e a abstinência sexual com o gênero desejado. Richard Isay convocava encontros, publicações de artigos, declarações formais da APsaA para a reflexão acerca da homossexualidade e homofobia das instituições psicanalíticas que consideravam a identidade sexual como aspecto de determinação na eleição para candidatos. Obviamente, Isay foi submetido a vetos quando demonstrou intenção de publicar artigos nas revistas da APsaA, impedido de realizar apresentações e considerado somente um interessado nos estudos sobre homossexualidade (com pouco crédito e produções postas como infantis); contudo, o psicanalista relata um aumento exponencial de pacientes homossexuais na procura de sua clínica.

Havia, então, pelo lado da IPA uma não aceitação de candidatos que saíssem de um padrão eleito de normalidade, baseado em conceitos vigentes do contexto sociocultural e da relação de submissão entre esta organização

institucional e a APA. Retoma-se uma fala proferida por Ernest Jones: “Para o mundo a homossexualidade é um crime repugnante, cujo comprometimento da parte de um de nossos membros nos traria um sério descrédito” (LIEBERMAN, 1985, p. 175 apud BULAMAH, 2014 p. 67). Tal afirmação exemplifica como há clara preocupação dos psicanalistas com uma imagem positiva e “limpa” da psicanálise em seu processo de difusão e institucionalização. Desse modo, produz-se um controle rigoroso nos processos de seleção que desqualificam candidatos homossexuais por argumentos como defeitos de caráter, patologias borderline e esquizoide e questões impróprias de natureza sexual (casamento e filhos), sendo somente permitida a entrada pela via do pacto de discricção (tanto do candidato quanto do seu analista didata) e um alto esforço de autoengano. Desse modo, como afirma Bulamah “[...] silencia-se para manter-se a norma, e não somente o psicanalista, mas a instituição psicanalítica como um todo” (BULAMAH, 2014, p. 152).

A presentificação do “imperativo de proscricção”, pesquisado por Bulamah, deve-se também à emergência de discursos homofóbicos e estigmatizantes, tolerados pela psicanálise e teorizados por ela, além da compreensão e significação acerca da categoria da “homossexualidade”. Desse modo, entende-se a alta relevância de abordar tais eventos que indiretamente denunciam uma postura normativa da clínica psicanalítica, pois falam das práticas e discursos que alicerçam, validam e possibilitam a posição do analista, já previamente significadas por seleções, reiterações teóricas e posturas institucionais que pressupõem uma delimitação clara entre normal e patológico, principalmente no campo das identidades sexuais.

### **3.2. Psicanálise e a “homossexualidade”**

Segundo Thamy Ayouch (2015), a categoria da homossexualidade surge como uma invenção do século XIX, no qual está disposta uma série de discursos médicos, psiquiátricos, legais e estatais que buscam por uma essencialização, uma identidade que dê nome às práticas sexuais normais e às desviantes. Tal conduta parte da criminalização da sodomia por uma ordem religiosa e moral. A invenção de uma categoria identitária preconiza que as práticas sexuais, agora, designam algo da constituição do sujeito, pois seus atos não são mais passíveis de crime, mas a sua subjetividade é taxada como patológica. A criação da

“homossexualidade” pressupõe um controle da sexualidade pelas ciências médicas conjuntamente com uma organização taxonômica, ou seja, uma certa classificação nosográfica.

Como menciona Ayouch (2015), a categorização da homossexualidade foi gerada concomitantemente à organização dos “atributos naturais biológicos irreduzíveis do masculino, feminino e disposições sexuais naturais imutáveis” (AYOUCH, 2015, p. 50), ou seja, da formação do ideal de sexualidade heterossexual, pautada na distinção e complementaridade do binarismo da diferença sexual. Isso significa que a constituição da homossexualidade como categoria, só foi possível pela criação da heterossexualidade, algo que é perfeitamente demonstrado pelo historiador Jonathan Katz em seu livro “A invenção da heterossexualidade”, de 1996<sup>9</sup>.

Para compreender mais adequadamente as formulações freudianas acerca da homossexualidade, Ayouch cita algumas figuras importantes que precederam ou são contemporâneas a Freud e suas contribuições a esse termo. Em especial, Karl Ulrichs em 1860 com a teoria do “uranismo” que compreendia que homossexuais homens tinham uma alma de mulher no corpo de homem, algo natural ao sujeito; o médico Karl Kertbeny que introduziu o termo “homossexual”; o psiquiatra francês Valentin Magnan que radicalizou a ligação de degeneração com a homossexualidade; Krafft-Ebing, psiquiatra alemão que com a obra “*Psychopathia Sexualis*”<sup>10</sup> de 1886, centralizou a noção de homossexualidade na classificação dos desvios e patologias sexuais; e Havelock Ellis que utiliza, pela primeira vez em 1897, o termo “inversão sexual”.

Na concepção de Thamy Ayouch, o que se destaca da leitura desses autores e outros citados, é a compreensão de que a homossexualidade seria ou decorreria de uma malformação – uma aberração em relação a processos psíquicos – atrelada, por muitos autores, aos eventos patológicos vivenciados na infância. A compreensão da homossexualidade nesses moldes, como a alusão à categoria de perversão, vem de um ideal que Ayouch intitula de

---

<sup>9</sup> Katz, Jonathan N. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. 272p.

<sup>10</sup> KRAFFT-EBING, R. von (1886). *Psychopathia sexualis*. Trad. Antonio Fontoura. Curitiba: Patola Livros, 2017. 432p.

“organização malthusiana, positivista da sociedade” (AYOUCHE, 2015, p. 51), ao passo que as práticas sexuais desvinculadas da procriação são consideradas patológicas, transgressoras e práticas exclusivas de um prazer não justificado e, portanto, anormal. Segundo Ayouch, é possível compreender a centralidade da sexualidade nos estudos do final do século XIX, principalmente a associação entre sexualidade normal e procriação, quando se retoma que os componentes da anormalidade sexual eram considerados os principais fatores da etiologia das formas de anomalia gerais e das doenças (AYOUCHE, 2015).

Portanto, entende-se uma nova proposta de Freud em relação à medicina, principalmente a psiquiatria, do final do século de XIX: enquanto reinavam concepções etiológicas que ligavam a inversão à degeneração (proposta de Morgan), a ideia de inato/adquirido ou a um certo hibridismo psíquico (como defendida por Ulrichs), Freud considerava que não havia a constatação de nenhum prejuízo cognitivo ou ético nos invertidos e nenhuma das hipóteses parecia abarcar a complexidade da homossexualidade, se negando a reduzi-la a uma única causalidade fisiológica ou psicológica. Na verdade, Freud utiliza a problemática da homossexualidade evidenciada nos relatos clínicos, para pensar sobre a própria questão da sexualidade humana e a relação entre instinto, pulsão, meta e objeto. Nesse ponto:

Como vimos, a desnaturalização e desbiologização da sexualidade são fundamentais e distinguem a abordagem freudiana de todas as perspectivas médicas anteriores. [...] Em outros termos, é o estudo da “inversão” que leva Freud a introduzir uma perspectiva nova – fora da “opinião popular” – para desvincular a pulsão de qualquer objeto natural. Observemos, porém, que a postura freudiana é dupla: ele retoma a classificação médica das perversões que as considera como desvios de objeto ou de meta, quer dizer segundo um vínculo constante ligando a pulsão a um objeto e a uma meta específicos. Mas retomando esta definição, Freud subverte-a do inteiro, dissociando pulsão e objeto. (AYOUCHE, 2015, p. 59)

Essa discussão é necessária porque estabelece uma separação categórica entre instinto e pulsão, concretizada nesta obra, mas, como lembrada por Mario Antônio Coutinho Jorge (2008), já antecipada em “Projeto para uma

psicologia científica” (1895)<sup>11</sup>, quando Freud introduz o conceito de pulsão a fim de estabelecer o debate sobre estímulos endógenos. Desse modo, a instituição da pulsão foi uma estratégia para falar de uma sexualidade especificamente humana, tendo em vista a separação da lógica sexual vivenciada pelos animais que ocorre pela suscitação de ações comportamentais ou funções biológicas determinadas pela hereditariedade genética imutável. Assim:

[...] o que Freud observa na sexualidade humana emerge como algo extremamente diverso. Surgida a partir de sua experiência clínica de escuta dos pacientes neuróticos em análise, a teoria freudiana das pulsões é o resultado da apreensão da ocorrência universal de uma sexualidade que se manifesta sob uma aparência errática e súbdita a uma lógica diferente daquela que rege os instintos animais. (JORGE, 2008, p. 20-21)

Desse modo, o instinto se aplica a padrões pré-estabelecidos de objeto e meta sexual, e na pulsão esses serão assimilados ao longo da vida do sujeito, sendo ela mesma o próprio desvio no interior da lógica do instinto. É importante destacar que o instinto remete, como já dito anteriormente, à biologia, mas também a reprodução como objetivo sexual único, estabelecendo somente um modelo de atividade sexual normal e, com isso, determinando perversão toda conduta que não vai ao encontro da reprodução. Mesmo em relação à meta sexual que Freud teoriza mais certamente sobre os desvios ocorridos – quando se ultrapassa os órgãos genitais e se estendem as zonas de prazer a outras partes do corpo –, Freud conclui:

Em nenhum indivíduo não estaria ausente, em sua meta sexual normal, um ingrediente a ser denominado perverso, e já bastaria essa universalidade para demonstrar como é inadequado usar reprovativamente o nome “perversão”. (FREUD, 1905/2016, p. 56)

A questão da perversão e da multiplicidade da meta sexual, está relacionada as teorizações de Freud sobre a sexualidade infantil. Segundo Freud, a sexualidade infantil surge apoiada em funções do corpo, não forma objeto sexual único ou fixo e tem a meta sexual dominada pelas zonas erógenas. Isso significa dizer que há, por uma exigência interna de busca por repetição de satisfações vividas primordialmente, a busca por objetos pulsionais que

---

<sup>11</sup> FREUD, S. (1895). Projeto para uma Psicologia Científica In: *Edição Standard Brasileira da Obras Completas de Sigmund Freud*. vol. 1. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 395-517.

possibilitem – ilusoriamente – a mesma satisfação. Além disso, demonstra que a satisfação é buscada, principalmente, pela excitação do corpo, o que é denominado como autoerotismo.

O conceito de autoerotismo já havia sido utilizado em uma das cartas a Fliess (1899)<sup>12</sup>, mas é concretizado nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (FREUD, 1905/2016), objetivando categorizar um estado anterior ao narcisismo em que a pulsão se satisfaz sem a presença de um objeto externo, somente com uma zona erógena. Isso reitera a necessidade da utilização de pulsão ao invés de instinto, já que o instinto pressuporia um roteiro e objeto previamente estabelecido. O autoerotismo se dá a partir de uma fase baseada na autopreservação e na satisfação pelo seio materno como objeto; quando abandonado esse movimento, com ganhos de autonomia, institui-se a fase autoerótica através do “chupar o dedo”. Assim:

Diríamos que os lábios da criança se comportaram como uma *zona erógena*. E o estímulo gerado pelo afluxo de leite quente foi provavelmente a causa da sensação de prazer. No começo, a satisfação da zona erógena estava provavelmente ligada à satisfação da necessidade de alimento. A atividade sexual se apoia primeiro numa das funções que servem à conservação da vida, e somente depois se torna independente dela. (FREUD, 1905/2016, p. 86)

Desse modo, o autoerotismo é delimitado por aquele momento em que a criança não procura mais um objeto externo para a satisfação, mas começa, ela própria, a explorar e fazer uso do seu corpo, pressupondo a introdução das zonas erógenas. Essas podem ser compreendidas como partes do corpo, “sobretudo o revestimento cutâneo-mucoso” (GARCIA-ROZA, 2020, p.101) que prometem, pelo estímulo sensorial, prazer. Contudo, Freud relembra que em termos comparativos, o que mais confere prazer é a qualidade do estímulo e não tanto a zona erógena em questão e que, para surtir efeito, é necessário ter tido uma estimulação prévia e, assim, a necessidade de repetição. É nesse sentido que se constitui a sexualidade infantil perversa polimorfa.

---

<sup>12</sup> FREUD, S. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887/1904*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

A partir do recorte do texto freudiano, é possível pensar em diversos pontos importantes que fomentam uma compreensão despatologizante de sexualidade. Em primeiro lugar, a desnaturalização da sexualidade com a separação do conceito de instinto e pulsão – utilizando pulsão somente para a sexualidade humana – que, como afirma Garcia-Roza, é essencial pois:

Se nos colocarmos dentro do ponto de vista psicanalítico, para o qual o fundamental é o prazer e não a reprodução, certas condutas que seriam consideradas perversas se tomássemos como referencial o instinto deixam de sê-lo se tomamos como referencial a pulsão. (GARCIA-ROZA, 2020, p. 97)

Um segundo elemento relevante são as formulações acerca do autoerotismo e da sexualidade perversa polimorfa, que instaura a separação definitiva entre reprodução e sexualidade e – teorizando a existência do autoerotismo como uma atividade que não prevê fins reprodutivos, e sim a meta de obtenção de prazer, tendo como cerne o investimento na sexualidade infantil das zonas erógenas – rompe drasticamente com as formas de compreender e teorizar a sexualidade, desestabilizando a dicotomização normalidade/perversão. Entretanto, como demonstra Ayouch (2015), há claramente presente uma postura evolucionista e desenvolvimentista em Freud – articulando a reiteração de uma sexualidade normal consoante com a heterossexualidade – com base na noção de “unificação das pulsões parciais sob a genitalização instaurando o objeto sexual ‘normal’. O alvo sexual autoerótico da pulsão sexual-infantil é, na organização genital, substituído por uma escolha de objeto de outro sexo” (AYOUCH, 2015, p. 50). Conforme Thamy Ayouch,

É importante, portanto, salientar de novo um duplo movimento irreduzível em Freud: por um lado ele subverte as representações normativas psiquiátricas da sua época, distingue a sexuação da sexualidade, define essa última fora de qualquer norma biológica e fisiológica e a remete ao ambiente social, cultural e histórico. Por outro, ele não consegue sair completamente deste mesmo ambiente social, cultural e histórico nem da sua normatividade. (AYOUCH, 2015, p. 71)

Obviamente, a posição de Freud em relação à homossexualidade é essencialmente importante para o debate na psicanálise sobre esta categoria. Contudo, considerando que as teorizações freudianas não apresentam um

posicionamento fixo, possibilitam interpretações diversas – e opostas – e precisam estar situadas em seu contexto social e histórico, julga-se ser importante apontar os pensamentos de psicanalistas pós-freudianos, em especial aqueles que produziram, estruturaram e propagaram narrativas sobre a homossexualidade. Considerando a extensão do tema e o objetivo fundamentalmente demonstrativo deste capítulo, mencionam-se algumas concepções de psicanalistas expostas por Ceccarelli (2008), Ayouch (2015) e Maya (2007). Como introdução ao tema, utiliza-se um trecho de Paulo Ceccarelli:

Boa parte das ambigüidades e incongruências que encontramos em toda discussão sobre a homossexualidade é resultado de um conflito entre, de um lado, a descoberta psicanalítica segundo a qual a pulsão não possui objeto de satisfação predeterminado e, de outro lado, a ordem simbólica, atrelada ao imaginário cultural, que tenta fixar a pulsão a objetos culturalmente valorizados. Ou ainda: um conflito entre a posição freudiana segundo a qual à psicanálise cabe apenas “revelar os mecanismos psíquicos que culminaram na determinação da escolha de objeto” e, por outro lado, a tentativa de normalização desses mecanismos psíquicos a partir de um modelo edipiano cujo “triângulo” seria a família burguesa da Viena de Freud. (CECCARELLI, 2008, p. 80)

Para exemplificar sua posição, Ceccarelli (2008) apresenta como exemplo a escola de psicanálise vinculada a Melanie Klein que concebia a homossexualidade feminina advinda da identificação com um pênis sádico e considerava a homossexualidade masculina como um problema esquizóide da personalidade ou como uma defesa contra a paranóia (uma patologia grave variante de um estado psicótico). Tal concepção está de acordo com a posição defendida por Anna Freud e Jones, entre outros, de candidatos gays a nomeação de analistas – algo amplamente discutido anteriormente. Para além disso, o autor cita duas falas de Edmund Bergler<sup>13</sup> e de Charles Socarides<sup>14</sup>, psicanalistas norte-americanos renomados nas Sociedades Psicanalíticas, que expõem um posicionamento nitidamente homofóbico e contrário à execução da função de analista por homossexuais. Tais exemplos subsidiam a argumentação de Ceccarelli em relação às sociedades de psicanálise e às posições dos analistas

---

<sup>13</sup> BERGLER, Edmund. *Homosexuality: Disease or Way of life*. New York: Hill & Wang, 1956.

<sup>14</sup> SOCARIDES, Charles. *Homosexuality: A Freedom Too Far: A Psychoanalyst Answers 1000 Questions About Causes and Cure and the Impact of Gay Rights Movement on American Society*. Phoenix: Adam Margrave Books, 1995.

de que “a dinâmica do funcionamento psíquico foi abandonada e adotou-se uma prescrição normativa de circulação pulsional” (CECCARELLI, 2008, p. 81).

Thamy Ayouch (2015), por sua vez, destaca alguns significantes atrelados a homossexualidade difundidos amplamente ao longo do século XIX no meio psicanalítico: narcisismo patológico, carência narcísica ou compensação narcísica antidepressiva, primitividade sexual e psíquica, pré-genitalidade, atraso no desenvolvimento, fracasso (ou recusa) na interiorização da diferença sexual e delírio psicótico, catástrofe psíquica para crianças filhas de casais homossexuais e regressão pós-edípica. Para fundamentar sua pesquisa, Ayouch (2015) utiliza as produções de psicanalistas como Michel Schneider que, a partir da leitura sobre a heterossexualidade com base na visão positivista da psiquiatria do século XIX, compreendia que os homossexuais apresentavam menos maturidade psíquica e afetiva e mais componentes perversos, o que possibilitaria incluí-los na categoria de perversão.

Além disso, Ayouch (2015) retoma as considerações de Pierre Legendre sobre a união de homossexuais e a homoparentalidade, que consistem na suposição de que as crianças filhas de casais homossexuais estariam fora do registro da diferença sexual, tanto simbólica<sup>15</sup> quanto real, o que resultaria em uma suposta “catástrofe psíquica”. Tal posicionamento está em concordância com a perspectiva da psicanalista Monica Torres<sup>16</sup>, apresentada por Ayouch (2015), que compreende que as concepções de mãe e pai aparecem no registro simbólico, mas precisam estar encarnadas no corpo, mais especificamente, representadas pelo pênis e pela vagina, algo que garantiria o bom exercício da função paterna e materna e atrela a homossexualidade à recusa da diferença sexual.

---

<sup>15</sup> Lacan teoriza três instâncias que abarcam as experiências subjetivas do sujeito: o Simbólico, o Real e o Imaginário. Nesse caso, o Simbólico diz respeito ao sistema linguística que estrutura o campo da experiência, “Processos como: trocas matrimoniais, modos de determinação de valor de mercadorias, organização do núcleo familiar, articulação de mitos socialmente partilhados seriam todos estruturados como uma linguagem, até porque a linguagem é, antes de mais nada, um modo de organização de construção de relações, de identidades e de diferença. Nesse sentido, ela fornece condição de possibilidade para a estruturação de toda e qualquer experiência social” (SAFATLE, 2020, p. 46).

<sup>16</sup> TORRES, Monica; FARAONI, J; SCHNITZER, G. *Uniones del mismo sexo*, Grama Ediciones: Buenos Aires, 2010.

Ainda, Ayouch (2015) cita o pensamento do psicanalista e padre Tony Anatrella<sup>17</sup>, que consiste na compreensão de que a homossexualidade é uma sexualidade primitiva e haveria uma falha na interiorização do outro sexo. Anatrella considera que a aceitação social e jurídica da homossexualidade e união homossexual corresponderia em consentir com uma organização social pautada na pré-genitalidade. O que é possível de ser percebido também na proposta de Serge Lesourd<sup>18</sup> e Simone Korff-Sausse<sup>19</sup>, que atrelam a homossexualidade a recusa da diferença sexual o que incide sobre a alteridade e a complementariedade “natural” entre homem e mulher, e denuncia uma ilusão de totalidade e recusa do modelo do Complexo de Édipo. Por último, retoma as teorizações de Jean Bergeret<sup>20</sup> que compreende a maioria das homossexualidades “fora” do campo da sexualidade, por não haver nelas uma posição de sexualidade autêntica, pois o sujeito relacionaria com o seu semelhante – ou seja, que a homossexualidade, em realidade, está atrelada ao narcisismo, pois “não se organizaria na primazia da sexualidade, do objetal, do edípico, mas sim do narcisismo” (AYOUCH, 2015, p. 23).

Por fim, Acyr Maya (2007) apresenta uma discussão situada no contexto brasileiro, em especial na produção científica dos membros da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Segundo o psicanalista, a produção dos autores selecionados pode ser agrupada em cinco grupos, e menciona-se aqui os três primeiros.

O primeiro atrela a homossexualidade a um suposto “comportamento perverso”, à “perversão” ou “desvio”, em uma perspectiva evolucionista da teoria freudiana que nega a diferença entre instinto e pulsão. Além disso, promove-se a compreensão de que a homossexualidade é uma fixação patológica da libido à fase anal, pois na perspectiva desenvolvimentista considera-se que a homossexualidade seria imatura por não estar à serviço da primazia genital – ou seja, centralizada na fase pré-genital.

---

<sup>17</sup> ANATRELLA, Tony. *Le pas brouiller les repères symboliques*. Le Figaro, 1998.

<sup>18</sup> LESOURD, Serge. *Le Monde*, 14-15 março, 1999.

<sup>19</sup> KORFF-SAUSSE, Simone. PaCS et clones: La Logique du même. *Libération*, 7 julho 1999.

<sup>20</sup> BERGERET, Jean. L'importance de l'illusoire dans le concept d' "homosexualité tel que l'entend un psychanalyste. *Revue française de psychanalyse*, vol. 67, p. 27-40, 2003.

O segundo grupo compreende que opera na sexualidade uma questão relacionada a identidade de gênero ou identificação, segundo a qual se sobressairia a concepção de que no homossexual haveria: a) uma discordância entre gênero e órgãos genitais; b) a identificação com a mãe que viabilizaria uma “passividade” pela fixação na fase anal, c) uma similaridade entre a homossexualidade e a transexualidade – com ressalvas para o nível das fantasias, no qual o homossexual seria menos psicótico por não desejar realizar “automutilação” (cirurgias de redesignação sexual).

No terceiro grupo, utiliza-se a teoria de Melanie Klein, Herbert Rosenfeld e da análise de Freud sobre o Caso Schreber para sustentar a argumentação de que na homossexualidade estaria presente uma defesa ou ansiedade paranóide, no eixo de que a homossexualidade é causadora da paranóia ou de que o homossexual é um paranóico – o que incide, também, sobre a noção de narcisismo, já que a paranoia, na concepção de Freud (1911/2010), seria uma fixação no narcisismo.

Para concluir a concepção da temática da homossexualidade, destacam-se três trechos expressos por Thamy Ayouch:

a) Cabe assinalar que com todas estas tentativas de dar conta da homossexualidade, não se chega ao final a nenhum modelo unitário (identificação com a mãe, escolha narcísica do objeto, busca de si, medo de castração, deferência com o pai, renúncia, formação reativa, etc). Todas essas explicações aparecem como restos singulares de uma multiplicidade e são anedóticas no sentido que remetem a situações clínicas individuais e singulares que não cabe generalizar. São etiologias imaginárias que propõe uma teorização fantasmática que vale somente como metáfora pontual, passageira, modificável, na encruzilhada das teorias sexuais-infantis do/a analista e do/a analisando. Portanto, nunca deve substituir a clínica e impedir a sua escuta. (AYOUCHE, 2015, p. 71)

b) Constatemos [...] que a psicanálise não deixou clara sua posição com respeito à homossexualidade. Quando Freud, retomando as definições de Krafft-Ebbing, apresenta a homossexualidade como perversão, a psicanálise se inscreve no campo médico-legal dos alienistas. Por método e por epistemologia, porém, a psicanálise não trata do geral e das nosografias, mas do hiper-singular da clínica (AYOUCHE, 2015, p. 52)

c) Por outro lado, quando a psicanálise retoma estas classificações ou produz teorias próprias sobre as

homossexualidades, ela esquece de olhar para a inscrição histórica irreduzível do saber assim produzido. Perde de vista seu alvo principal, quer dizer, a análise da dimensão pulsional e dos jogos de poder próprios a qualquer discurso consciente do saber. (AYOUCHE, 2015, p. 53)

### 3.3. Psicanálise e a “transexualidade”

Passemos, agora, para a discussão acerca da temática da transexualidade.

Segundo o psicanalista brasileiro Eduardo Leal Cunha (2016) em seu artigo “A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas tem medo de travestis?)”, a discussão sobre a transexualidade na psicanálise, em especial numa esfera psicopatológica, segue fundamentalmente o eixo do campo da psicose ou do campo da perversão – ao passo que a transexualidade é posicionada como sintoma social de uma organização coletiva perversa, na qual os sujeitos estão submetidos ao imperativo do gozo com ilusão de controle sobre seus corpos. Está evidente, pela exposição de Cunha (2016), de que o debate acerca das experiências trans, principalmente associadas ao reconhecimento social, alteração do nome e cirurgias, é um debate moral e ideológico, no qual opera um referencial psicopatológico da perversão que compreende tais sujeitos como perigosos.

No primeiro eixo destacam-se, então, os trabalhos de Colette Chiland<sup>21</sup> que tem como arcabouço as teorizações de Robert Stoller e a ideia de narcisismo e estados-limites descritos pelo psicanalista André Green. O segundo eixo atrela a transexualidade à psicose a partir da leitura de Lacan das teorizações de Freud sobre o Caso Schreber, que perpassa pela noção de forclusão do Nome-do-Pai (CUNHA, 2016). Como relembra Stona e Ferrari (2020b) em “Transfobias psicanalíticas”, não há indícios de discussão da transexualidade no início da psicanálise, já que o Caso Schreber analisado por Freud não pode ser considerado um caso de transexualidade, na medida que as enunciações de querer se “emascular” tratavam de um delírio e representavam algo imposto a Schreber, e não estavam vinculadas ao desejo do sujeito.

---

<sup>21</sup> CHILAND, Colette. Problèmes posés aux psychanalystes par les transsexuels. *Revue Française de Psychanalyse*, v. 69, p.563-577, 2005.

É possível perceber resquícios dessa concepção no pensamento de diversos psicanalistas que se propuseram a falar sobre a transexualidade: Moustapha Safouan<sup>22</sup>, por exemplo, interpreta que a transexualidade é decorrente de uma impossibilidade de o pai cumprir sua função como “interditor” da relação simbiótica entre mãe e filho, o que acarretaria problemas na passagem pelo Édipo, dificultaria que o sujeito assumisse seu sexo e geraria um delírio de feminilidade – ou seja, enquadra a transexualidade no campo das psicoses. Outros psicanalistas que flertam com tais concepções são Marcel Czermak (1991)<sup>23</sup> e Catherine Millot (1992)<sup>24</sup> (apud STONA; FERRARI, 2020b). Czermak (1991) concebe que a transexualidade é uma manifestação da psicose que ocorre por consequência da “fragilização das estruturas simbólicas da atualidade. É do declínio da função paterna e da recusa da diferença sexual que essa patologia da identidade se instala” (STONA, FERRARI, 2020b, p. 5), ao ponto que a fragilização da função paterna reverbera como impossibilidade de inscrição no simbólico. Millot (1992), como Safouan (1979) e Czermak (1991), também aponta para a negação da diferença sexual, conjuntamente com a tentativa de “abolir” os limites do real e o projeto de feminilização pela identificação com a falta de falo da mãe (STONA; FERRARI, 2020b).

No artigo “A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais”, os psicanalistas brasileiros Bulamah e Kupermann (2016) fazem uma revisão da literatura psicanalítica em busca de casos clínicos de pacientes transexuais, dando destaque para a relação transferencial, a escuta e o manejo dos trabalhos de Robert Stoller<sup>25</sup>, Charles Socarides<sup>26</sup>, Adam Limentani<sup>27</sup>, Agnès

---

<sup>22</sup> SAFOUAN, M. *Estudos sobre o Édipo: introdução a uma teoria do sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

<sup>23</sup> CZERMAK, M. *Paixões do Objeto - estudo psicanalítico das psicoses*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

<sup>24</sup> MILLOT, C. *Extrasexo: ensaio sobre o transexualismo*. São Paulo: Escuta, 1992.

<sup>25</sup> STOLLER, R. J. The Male transsexual as "Experiment". *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 54, p. 215-225, 1973.

<sup>26</sup> SOCARIDES, C. A Psychoanalytic study of the desire for sexual transformation ('transsexualism'). *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 51, p. 341-349, 1970.

<sup>27</sup> LIMENTANI, A. The significance of transsexualism in relation to some basic psychoanalytic concepts. *The International Review of Psychoanalysis*, n. 6, p. 139-153, 1979.

Oppenheimer<sup>28</sup>, Ruth Stein<sup>29</sup>, Denielle Quiroz, Collete Chiland<sup>30</sup> e Griffin Hansbury<sup>31</sup>. Segundo os autores, Stoller (1973) é a primeira referência do tema da transexualidade na psicanálise e suas contribuições partem de uma perspectiva psicanalítica fortemente vinculada à psiquiatria. Stoller, motivado pela observação de uma experiência desvinculada do corpo – do sexo biológico – cunha o termo “identidade de gênero”. Para ele, haveria operando nos transexuais a falta de um pai forte e, portanto, uma simbiose com a mãe o que, nos garotos, viabiliza a identificação com a mãe e a “feminilidade primária”. Nas meninas, o caso seria de uma identificação com o pai pela super proximidade dele e o desejo pela mãe (STOLLER, 1973 apud BULLAMAH; KUPERMANN, 2016).

Ainda, Stoller considerava a falta de coerência entre sexo biológico, práticas sexuais e gênero uma patologia. Contudo acreditava que as cirurgias de redesignação sexual eram uma boa alternativa – algo veementemente recusado por Charles Socarides e Adam Limentani. Para além dessa posição de Limentani, é importante mencionar que o psicanalista considerava estas formas de sexualidade não-normativas como *acting-outs* e, além disso, em análise assumia uma postura de dissuadir seus pacientes sobre as intervenções cirúrgicas. Sobre as teorizações de Limentani, Bulamah e Kuperman comentam:

Para Limentani, os trans são resistentes à análise porque o analista é proibido de se aprofundar na etiologia de suas doenças, e o que a nós soa claramente como uma perturbação de ordem contratransferencial é posto exclusivamente na conta dos próprios pacientes” (BULLAMAH; KUPPERMANN, 2016, p. 77)

Na mesma linha, ao relatar seu manejo com um paciente transexual, nomeado como E., a partir de uma análise sobre a relação transferencial e uma suposta simbiose com a mãe e ausência do pai, a psicanalista Ruth Stein (1995) apresenta quais seriam os sucessos da análise para o caso: “aceitasse a

---

<sup>28</sup> OPPENHEIMER, A. The wish for a sex change: a challenge to psychoanalysis? *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 72, p. 221-231, 1991.

<sup>29</sup> STEIN, R. Analysis of a case of transsexualism. *Psychoanalytic Dialogues*, n. 5, p. 257-289, 1995.

<sup>30</sup> CHILAND, C. The psychoanalyst and the transsexual patient. *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 81, p. 21-35, 2000.

<sup>31</sup> HANSBURY, G. King Kong & Goldilocks: Imagining transmasculinities through the trans – Trans Dyad. *Psychoanalytic Dialogues*, n. 21, p. 210-220, 2011.

dependência dos outros, aceitar a diferença entre os sexos, casar-se com uma mulher, aceitar a diferença inter-geracional e criar filho próprio” (STEIN, 1995, p. 287-288 apud BULLAMAH; KUPPERMAN, 2016, p. 78). Além do nítido modelo de desejo e maturidade heterossexual, há novamente uma ênfase na “falha” da função e posição do pai.

É importante pontuar que, principalmente sob uma perspectiva lacaniana, há uma grande relevância na significação da função paterna, pois, além de ser um conceito indispensável no processo de constituição do sujeito, está na centralidade da teorização psicopatológica – sendo assim, opera como alicerce no olhar sobre a neurose, psicose e perversão. Desse modo, segundo a leitura de Ferrari e Silva (2021) das teorizações feitas por Lacan, a função paterna pode ser entendida como uma instância terceira que atua na relação da mãe com o bebê, intercedendo por uma limitação do gozo materno e que possibilita ao bebê operar essa separação do corpo da mãe – ou seja, do desejo da mãe, sendo o bebê o objeto fálico materno – e construir seu próprio desejo; atuando, assim, sob a interdição da função materna.

Essa preconiza que o cuidado primordial atue como Outro primordial e aliene e subjetive o bebê a partir de seus desejos narcísicos, constituindo-o, assim, como sujeito. Essa operação desejante e alienante é afetada quando este cuidado endereça seu desejo a um terceiro, produzindo uma abertura para a operação da função paterna, que proporciona a entrada do bebê na cultura. Desse modo, como apontam as autoras, as funções paterna e materna não acompanham – e não podem ser significadas – pelos ideais binários de “pai” e “mãe” (FERRARI; SILVA, 2021).

Sendo uma função, ela não está atrelada, ou pelo menos não deveria estar, à mãe e ao pai propriamente ditos, mas àqueles que, implicados na constituição subjetiva do bebê, se encarregam de operar na humanização de seu corpo (FERRARI; SILVA, 2021, p. 144)

É relevante trazer tal pensamento considerando uma visão normativa de alguns autores, como Joel Dor. Segundo Perelson (2006), Dor, psicanalista francês, relaciona diretamente a noção de Pai simbólico e Lei simbólica, compreendendo o pai como “entidade universal, essencialmente simbólica e a-histórica, estruturada, com efeito no nosso ordenamento psíquico a qualidade de

sujeitos” (DOR, 1991<sup>32</sup> apud PERELSON, 2006. p. 714). Todavia, considera-se que o ser falante precisa assujeitar-se à lei paterna e função simbólica para ter entrada à sexualização, reiterando que a função paterna não está encarnada necessariamente a um homem, basta somente que atue como um terceiro – mediador do desejo da mãe em relação a seu filho. Mesmo concebendo o “pai” como elemento de referência e um significante discursivo, o autor aponta para a imprescindibilidade da diferenciação entre este terceiro elemento e a mãe, diferença esta que recai de novo sobre a anatomia sexual. Desse modo, a mãe não poderia ocupar a função paterna com um alcance simbólico necessário, sendo esse impedimento justificado pelo “(...) real, irredutível, da diferença entre os sexos.” (PERELSON, 2006, p. 715). Logo:

A necessidade de um terceiro que traga no corpo um pênis, a marca da diferença sexual em relação à mãe (castrada, sem pênis), para que a função paterna se exerça, deriva do modelo binário e anatômico da diferença sexual e é certamente um argumento problemático (POMBO, 2019. p. 4)

Tendo em vista as exposições acima, é nítida, então, a leitura intensamente patológica da transexualidade, bem como a busca incessante por uma etiologia (ou fatores que ilusoriamente poderiam representar a etiologia), o enrijecimento das funções paterna e materna e o modelo de maturidade e desenvolvimento sexual baseado na heterossexualidade – em especial, na diferença sexual. Percebe-se, então, um forte apego de tais psicanalistas as categorias defendidas por eles como a-história e naturais, e que, caso haja um tensionamento ou uma nova proposta que revogue a universalidade de tais concepções, ocorrerão, na visão de tais autores, grandes prejuízos na subjetividade (POMBO, 2019).

#### **4. O *queer* da clínica**

A fim de possibilitar uma maior compreensão dos pontos discutidos e das articulações propostas, considera-se que é relevante apontar alguns elementos centrais da clínica psicanalítica. Segundo o psicanalista Leonardo Goldberg em seu livro “Freud: uma introdução à clínica psicanalítica” (2021), o método

---

<sup>32</sup> DOR, J. *O pai e sua função em psicanálise* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

freudiano surgiu com o abandono do método catártico desenvolvido por Breuer como possibilidade de cura da histeria. No método catártico, objetivava-se facilitar o aparecimento do sintoma e permitia sua revivência visando a descarga de afeto ligado – viabilizando a ab-reação e assim a “catarse”. Nesse momento o sintoma era percebido como resultado de afetos bloqueados que poderia ser “dissolvido” pela lembrança e sintonização da representação recalçada. Em contrapartida, o método freudiano instituiu como regra fundamental a “associação livre” e buscava, a partir da análise das defesas e do trabalho transferencial, a confrontação com as resistências.

A associação livre consiste em pedir ao analisando que ele fale tudo o que lhe vier à cabeça, mesmo que possa parecer desconexo e sem sentido, e não emitir julgamentos prévios. Pelo lado do analista, Freud reivindica a “atenção-flutuante”, ou seja, é fundamental que o analista não se imbuja de memorizar ou anotar algo específico relatado pelo analisando para não se fixar em um ponto e selecionar o material de investigação. A não seleção prévia implica também em não construir expectativas sobre o conteúdo trazido para não se restringir a algo que já se sabe e, assim, atrapalhar a escuta - “mantenha todas as influências conscientes longe de sua capacidade de memorização” (FREUD, 1912/2021, p. 95). Ainda, Freud aponta para a necessidade de o analista estar atento aos seus “pontos cegos”, o que significa não tolerar seus aspectos resistenciais. Por isso, a análise pessoal – ou seja, averiguar seu inconsciente em ato – torna-se imprescindível para “conhecer seus próprios complexos”. Desse modo, a associação livre e a atenção-flutuante operam para que se possa escutar o que o inconsciente manifesta como produto do recalçamento (mecanismo de defesa). Portanto:

Assim como o analisando deve comunicar tudo que ele capta em sua auto-observação, evitando todos os apartes lógicos e afetivos que querem motivá-lo a proceder a uma seleção, também o médico deverá ser capaz de utilizar tudo que lhe foi dito para a finalidade da interpretação, do reconhecimento do inconsciente oculto, sem substituir a seleção descartada pelo doente por uma censura própria; resumindo em uma fórmula: ele deverá dirigir para o inconsciente emissor do doente o seu próprio inconsciente enquanto órgão receptor; deverá sintonizar-se com o analisando, assim como o receptor do telefone se sintoniza com o transmissor. (FREUD, 1912/2021, p. 99)

Postula-se que a interpretação não serve para colocar o analista em uma posição de “saber tudo”, e sim de um sujeito atento, advertido e que se oriente a fazer falar e escutar o inconsciente daquele que fala. Essa fala está imbuída de elementos inconscientes, recalcados e desejantes que “ficam enviesados pelo endereçamento ao analista” (FIGUEIREDO, 2021, p. 17), ou seja, que implicam a própria relação analítica e apontam para uma dimensão transferencial. Inicialmente Freud compreendeu a “transferência” como empecilho à análise; todavia, percebeu que a partir da transferência o passado se presentifica (diferente da utilização da hipnose e do método catártico, onde há a separação entre o passado e o presente), na medida em que ela representa a atuação da repetição dos “protótipos relacionais realizados pelo paciente com seus objetos primordiais” (GOLDBERG, 2021, p. 19). Isso significa que o sujeito atua e repete com o analista formas de relações afetivas primordiais e constitutivas, ou seja, apresenta movimentos afetivos endereçados ao analista como encarnação sucessiva de figuras infantis; e o analista “aceita ser tomado por, sem se tomar por” (GOLDBERG, 2021, p. 20). Portanto, Freud passa a significar a transferência como o motor da análise.

Somos então atraídos pelos automatismos a serviço da segurança: a segurança dos reencontros com os antigos objetos (ainda que proibidos, falhos e frustrantes), a segurança das repetições de padrões já experimentados na relação com o mundo (ainda que proibidos ou fracassados), ou apenas a segurança da pura insistência pulsional em um arcaico ‘manter-se vivo’, sobreviver. Isso engloba todo o campo do que se entende por transferência e contratransferência em jargão psicanalítico, incluindo as reedições e a compulsão às repetições. (FIGUEIREDO, 2021, p. 46)

Do mesmo modo que o paciente está suscetível a este fenômeno, o analista está sob influências exercidas pelo paciente que desperta afetos, representações e sentimentos inconscientes. Como apontam Laplanche e Pontalis (2001), Freud menciona a contratransferência em pouquíssimos momentos de sua obra, mas refere-se este termo quando insiste que o psicanalista tem a sua escuta flutuante, bem como sua capacidade de interpretação, circunscrita aos seus elementos contratransferenciais, ou seja, barrados por seus próprios complexos e resistências e, portanto, aponta para a

imprescindibilidade de se submeter à análise pessoal (na formação do psicanalista).

Segundo Goldberg (2021), pautado na psicanálise freudiana, o eixo ético da psicanálise se dá por meio do olhar original e único ao sintoma e o que ele revela sobre o sujeito do inconsciente. Desse modo, a psicanálise não intenta formar um “sujeito preparado” ou “inteiro”, tendo como campo de objetivo a completude ou correção do sujeito a partir de um horizonte de normalidade. Em detrimento desse modelo de “cura” – fortemente reiterado pela psiquiatria e psicoterapias outras – a psicanálise compreende uma possibilidade de fim de análise, a formação de resíduos que sustentem formas mais implicadas e menos doloridas do sujeito desejar e realizar; não é promovida uma “cura” pautada em ideias sociais e ideológicos. Por isso, em “Análise finita e a infinita” (1937/2021), Freud problematiza a ideia de um sujeito “inteiramente analisado”, atribuindo ao “analisar” por completo – conjuntamente com o “educar” e o “governar” – o caráter de impossível. Desse modo, a posição do analista como um dispositivo ético, objetiva manter e suscitar o surgimento do sujeito do inconsciente a partir da fala (representado pelos sonhos, sintomas, atos falhos e chistes) e implica o analisando na responsabilização pelo próprio desejo.

Em “Como trabalha um psicanalista”, Juan David Nasio (1999) inicia suas considerações apontando que o psicanalista trabalha ativamente dirigindo o processo terapêutico e estando disposto para a experiência singular, tendo, como recurso de trabalho, o seu inconsciente. O analista, então, dirige o analisando no atravessamento da experiência proporcionada pela análise, o que permite se posicionar como o objeto que causa essa experiência. Como relembra com o ensino de Lacan, o analista deve “ocupar o lugar de semblante do domínio, isto é, o lugar de semblante da direção, do semblante de ser o mestre, sem esquecer que se trata apenas de um semblante” (NASIO, 1999, p. 10). Tal concepção está atrelada com a própria instalação da transferência e o que Lacan denominou como “desejo do analista”.

Segundo Nasio (1999), o desejo do analista consiste no “x” do analista, “o lugar do objeto recoberto pelo véu de um falo imaginário, opaco, enigmático” (NASIO, 1999, p. 46), ou seja, a expressão imaginária do objeto que é insatisfatório da pulsão, que falta. O desejo do analista não diz respeito, então,

a um desejo de se tornar analista, mas sim ocupar um lugar enigmático que institui a posição do analista como Sujeito Suposto Saber e, a partir dele, engendra o Outro<sup>33</sup> como interlocutor (registro de endereçamento) dos sintomas, da fala inconsciente e do desejo. É importante pontuar que o analista faz semblante de objeto causa do desejo, o que remete ao vazio (a falta) e é por esse vazio que se promove movimento na cadeira significante; como afirma Nasio (1999, p. 88) “em geral, eu diria, antes, que o analista nunca está no lugar do objeto. No máximo, o analista encarna, representa um semblante, um véu, uma máscara daquilo que seria o objeto da pulsão”. Portanto:

O objeto em torno do qual a pulsão gira é, antes de tudo, um furo. O objeto “analista” em torno do qual a pulsão gira é, antes de tudo, o furo coberto com o véu do falo imaginário. A equação furo + véu se chama, na teoria lacaniana, segundo a minha leitura = desejo do analista. O desejo do analista = furo + véu [...]. (NASIO, 1999, p. 65)

O “furo” mencionado por Nasio (1999) diz respeito ao “vazio”, à “falta”, ao registro do Real<sup>34</sup>, que é para onde a análise, por seu horizonte ético, encaminha-se: “há uma dimensão da falta que deve ser suportada e sustentada em uma análise (...) é sobre essa falta que todo o trilhamento de uma análise irá percorrer até seu possível final” (GOLDBERG, 2021, p.118). Desse modo, a falta do objeto não se esgota no registro simbólico e imaginário, já que é no nível do impossível de complementação — o Real — que sempre se inscreve. Portanto, segundo Nasio (1999), a contratransferência em uma perspectiva lacaniana incide sobre a questão da ética<sup>35</sup>, na medida em que é compreendida como “o conjunto das produções imaginárias do analista, que o impedem de ocupar o seu

---

<sup>33</sup> É importante esclarecer a noção de Outro em Lacan: “O grande Outro como discurso do inconsciente é um lugar. É o alhures onde o sujeito é mais pensado do que efetivamente pensa. É a alteridade do eu consciente. É o palco que, ao dormir, se ilumina para receber os personagens e as cenas dos sonhos. É de onde vê mas determinações simbólicas da história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido. O grande Outro, em Lacan, se escreve com a inicial maiúscula e assim dispensa o adjetivo “grande”, pois já se sabe que se trata do Outro, que se distingue do (pequeno) outro” (QUINET, 2012, p. 11).

<sup>34</sup> “Aqui, o Real não deve ser entendido como um horizonte de experiências concretas acessíveis à consciência imediata. O Real não está ligado a um problema de descrição objetiva de estados de coisas. Ele diz respeito a um campo de experiências subjetivas que não podem ser adequadamente simbolizadas ou colonizadas por imagens fantasmáticas” (SAFATLE, 2020, p. 76-77).

<sup>35</sup> Sobre as formulações acerca da ética da psicanálise, ver mais em: LACAN, J. *Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*, 1986. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

lugar de objeto” (NASIO, 1999, p. 121). Logo, impede que o analista opere como suporte da transferência, em especial suporte do discurso do Outro<sup>36</sup>. Assim:

O conceito de ‘contratransferência’ define o conjunto de obstáculos imaginários que se opõem a essa ocupação. Logo se o desejo do analista designa o fato de ocupar efetivamente o lugar de objeto, a contratransferência designa tudo o que se opõe a isso. (NASIO, 1999, p. 106)

Nesse sentido, tais “obstáculos” referenciados no trecho acima, impedem que o analista ocupe a função de “atrator” – esse significante que causa, suscita e promove a transferência – o que dificultam que o analista opere como tal: cause o inconsciente, perceba-o, interprete-o e dirija em função do desejo. E, nessa medida, impossibilitam a análise por atrapalhar a produção da fala:

[...] se o analista, a partir do desejo do analisando, vem cobrir o objeto com esse véu enigmático, então ele suscitará a fala, a condição a fala e essa reaparecerá. É por isso que a origem da fala, a condição para que o analisando fale e se engane, a condição para que haja novos sintomas, a condição para que haja demandas de amor, é que o analista venha a ocupar o lugar desse falo imaginário que cobre o objeto da pulsão. (NASIO, 1999, p. 48)

A partir dessas pontuações sobre alguns elementos importantes para a clínica, pretende-se utilizá-los nas críticas, considerações e interpelações à clínica psicanalítica – o que incide sob a relação transferencial, a posição do analista, a condição de reconhecimento do analisando e o lugar do saber na análise. Há em vista que tal explicitação sobre a clínica foi consideravelmente sucinta em relação aos diversos componentes e discussões importantes para uma visão completa sobre o fazer clínico. Contudo, compreende-se a necessidade de síntese tendo como apenas a ilustração de alguns conceitos para o melhor entendimento dos debates propostos. Além disso, viabiliza-se uma noção mais completa e ampla de clínica na medida em que os pontos em argumentação forem expressos.

---

<sup>36</sup> Destaca-se duas considerações: a) “O inconsciente como discurso do Outro nos indica que não só ele é estruturado como uma linguagem, mas que o lugar do Outro equivale ao lugar do código pessoal dos significantes do sujeito. O grande Outro é o conjunto de significantes que marcam o sujeito em sua história, seu desejo, seus ideais – eles sustentam suas fantasias inconscientes e imaginárias.” (QUINET, 2012, p. 12); b) “O Outro como lugar dos significantes do sujeito é inacessível, a não ser pelas formações do inconsciente – sonhos, lapsos, chistes e sintomas –, como descreveu Freud, que mostram uma presença alhures, onde se articula sua verdade veiculada através de suas mentiras.” (QUINET, 2012, p. 12)

No artigo “Tópicos e desafios para uma psicanálise *queer*”, a psicanalista Patrícia Porchat (2013) retoma o termo *queer* apoiada nas considerações de Eve Sedgwick em seu artigo “*Queer and Now*”, de 1993, e pensa algumas rearticulações para este termo:

a) [...] referências a um campo indefinido e sem fronteiras de gêneros e sexualidade, aí podendo ser incluídas práticas corporais não convencionais e não-normativas (PORCHAT, 2013, p. 73)

b) O termo *queer* é usado para investigar, analisar, questionar e intervir sobre as normas e as margens que elas produzem (PORCHAT, 2013, p. 73)

c) *Queer* pode se referir a lacunas, excessos e dissonâncias, funcionando como uma matriz aberta a possibilidade na constituição de gênero e sexuais (PORCHAT, 2013, p. 73-74)

d) Afinal, se *queer* é dissonância, lapso ou excesso, pode-se dizer que não existe identidade comum a dois sujeitos. Algo sempre escapa a qualquer tentativa de indexação. *Queer* só poderia se referir a cada um, em sua particularidade. Podemos aí localizar a ideia de singularidade, tão cara a psicanálise. (PORCHAT, 2013, p. 74)

Resgatar o *queer* para pensar interpelações a clínica psicanalítica e possíveis caminhos éticos e políticos a partir de uma historiografia das práticas da psicanálise que serviram para patologização dos sujeitos dissidentes, advém do intuito de situar um lugar específico de partida para essas interpelações. O *queer* surge, aqui, não como denominação de um grupo identitário, mas como horizonte de análise que engloba refletir sobre: a sexualidade como campo múltiplo e impossível de normatização, a análise das estruturas de poder que reificam a marginalização de certos sujeitos, o que opera como excesso e lacuna – principalmente para pensar o que é socialmente passível de ser suportado e considerado possível e real – e, por fim, a singularidade como escape à adequação. Tais significações serão transpostas para o campo da clínica psicanalítica e pensadas na relação analítica, considerando que “na clínica é justamente o não saber, a incerteza e instabilidade que propriamente caracteriza o inconsciente e os movimentos transferências, ou seja, a matéria de trabalho do psicanalista” (BULAMAH; KUPERMAN, 2016, p. 84-85). É importante retomar tal concepção tendo em vista o aviso de Stona e Ferrari:

quando os psicanalistas não conseguem reconhecer o seu recorte parcial, a sua contratransferência e a expertise do sujeito em questão; mas, principalmente, quando não conseguem localizar o lugar que a psicanálise ocupa (enquanto mais um dispositivo de colonização frente à sexualidade, ao corpo e ao gênero); estão produzindo efeitos violentos – e, em nosso recorte, uma reatualização teórica cissexista com um manejo clínico transfóbico. (STONA; FERRARI, 2020b, p. 9)

Neste capítulo, portanto, objetiva-se realizar discussões que expressem os pontos que operam como material contratransferencial, reificam a posição de “expertise” do analista – semelhante ao discurso do mestre a qual a imagem do médico faz alusão –, promovem o saber sobre a sexualidade (e identidades sexuais) na busca por uma “verdade do sexo” e configuram a psicanálise como um “dispositivo da sexualidade”. Para isso, pretende-se questionar a posição de subalternidade, abjeção, monstruosidade e precariedade conferida aos sujeitos não-normativos em cenas analíticas em que o analista tem seu imaginário invadido por discursos e práticas históricas normativas da psicanálise (apresentados anteriormente na posição da psicanálise frente a “homossexualidade” e “transexualidade”), pela busca por uma etiologia ou cura da identidade sexual e por uma noção analítica intrapsíquica de sujeito. Na tentativa de pensar em proposta de uma clínica libertária, própria ao seu tempo e subversiva, inicia-se desconstruindo o argumento de que seria preciso uma identificação analista-analisando no quesito identitário. Desse modo, demonstra-se que esta é uma visão simplista e ineficiente que tampona as problemáticas reais no que concerne a uma prática violenta.

#### **4.1. Soluções identitárias?**

As psicanalistas Beatriz Santos e Elsa Polverel (2016) em “Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica”, retomam o fenômeno ocorrido por volta dos anos de 2010 e 2011 na França, em que surgiram anúncio de pessoas em busca de profissionais psis<sup>37</sup> considerados “safe”. Segundo o site nomeado como Psysafe<sup>38</sup>, organizado por profissionais psis, esta categoria é atribuída aos profissionais que são capazes de atender pessoas de identidades caracterizadas como abjetas, marginalizadas e

---

<sup>37</sup> O que engloba psicólogos, psicanalistas e psiquiatras.

<sup>38</sup> <https://psysafeinclusifs.wixsite.com/psysafe>

dissidentes – o que inclui sujeitos pertencentes a comunidade LGBTQ+, trabalhadoras do sexo e pessoas que sofreram alguma violência específica. Ocorre questionar, contudo, o que é um psicanalista capaz? E o que, dos elementos que compõem tal capacidade, garante a segurança de uma análise? Segundo Santos e Polverel, é explícito que a categoria dos “analistas não seguros” diz respeito àqueles que podem exprimir a enunciação de discursos comprometidos e limitados à norma heterossexual (ou outras matrizes normativas).

Como exposto pelas autoras, é clara a motivação que levou a criação dessa plataforma, que consiste na compreensão de práticas clínicas estigmatizantes das quais uma parcela de sujeitos é vítima. Estaria atrelado aos psis “safe” uma posição clínica não neutra pautada por um tom político em que aspectos sociais são levados em consideração – e, portanto, teria certa seguridade na reprodução (ou melhor, não reprodução) de discursos preconceituosos. Contudo, a suposta seguridade da análise, ou seja, a certeza de que o sujeito não estaria exposto a uma escuta normativa, estaria completamente pautada em *traços do analista* e, portanto, tais traços constituiriam o enquadre do que é passível de ser escutado e não patologizado. Desse modo, estabelece-se uma equação em que a segurança de uma análise e, portanto, a possibilidade de tratamento – e, em último, de cura – dependeriam e estariam submetidos à “identidade de analista” (SANTOS; POLVEREL, 2016).

No artigo “A identificação como fonte de iatrogenias”, Ferraz e Moretto (2016) expõem dois pontos relevantes para fundamentar esta discussão: em primeiro lugar, este requerimento de segurança está associado à demanda por um analista que pertença ao mesmo grupo identitário; e, um segundo ponto de destaque, é o movimento de analistas que respondem a tais demandas divulgando e oferecendo seus trabalhos por este viés identitário. Partindo desse ponto, as autoras tomam como objeto de análise a própria posição do analista frente a estes requerimentos; posição imbricada no “ego do analista”<sup>39</sup> que,

---

<sup>39</sup> “É nesse sentido que podemos compreender a passagem na qual Lacan critica a contratransferência, a colocando fora do campo de análise: ‘a contratransferência nada mais é do que a função do ego do analista, o que chamei de a soma de preceitos do analista’ (LACAN, 1953-1954/1998, p. 33). Portanto, onde há ego, contratransferência e preconceitos não há análise possível, já que aí se escuta um determinado sofrimento a partir da régua do eu do próprio analista e não do (seu) inconsciente”. (AMBRA, 2016, p. 108)

quando este se oferece como modelo identificatório, acarreta a seguinte situação: “o paciente alienado à figura do analista, pouco pode colocar em questão sua própria construção identitária e deparar-se com sua fantasia fundamental” (FERRAZ; MORETTO, 2016, p. 7).

Nesse ponto, a análise e a relação transferencial se assentam no ideal identitário, em que, além de submeter a relação analítica sob uma falsa concepção de “semelhante”, opera como garantidor último de segurança e um bom desenvolvimento terapêutico. Como advertem as autoras, tal posição ocupada – e, nesse caso, oferecida – pelo analista se contrapõe ao princípio ético de que a análise se propõe, na medida em que, em detrimento da busca por uma dimensão de liberdade que implica o tensionamento das verdades<sup>40</sup> imaginárias que sustentam a fantasia do sujeito e constrói condições de “possibilidade para a indeterminação”, se sobressai a posição de mestre do analista – no lugar de sujeito *suposto* saber. Tal ética engloba a atuação do analista por meio do seu inconsciente, o que é contrário de operar através da moralidade e do seu ego (FERRAZ; MORETTO, 2016).

Como afirmam Zana e Perelson (2018) “a busca por um profissional ‘psi’ sempre será norteadada por características referidas ao âmbito do imaginário<sup>41</sup> e articuladas às fantasias do paciente” (ZANA; PERELSON, 2018, p. 2); contudo, o que fica evidente e é incorreto na posição desses psicanalista é exatamente dar consistência a essa dimensão imaginária e operar a partir dela – promovendo um modelo de análise que se sustentaria pela identidade. Principalmente, considerando que o sujeito da psicanálise e do processo da análise é o sujeito do inconsciente e:

---

<sup>40</sup> “No processo analítico, identificamos a verdade como histórica, contingente. A partir dessa premissa, os limites de certa experiência podem ser ultrapassados e novas verdades podem ser produzidas. A ética do analista em relação ao acontecimento pressupõe uma aceitação incondicional e, ao mesmo tempo, um questionamento incessante desse acontecimento. Ele acolhe e sacode. Acolhimento, ao reconhecer as condições de possibilidades que resultaram no acontecimento; em contrapartida, a crítica, por ser o momento presente aquilo que fratura, que rompe o curso do tempo, ao se constituir como um acontecimento questionador de modo como até então se deu a história.” (COUTINHO, 2022, p. 215-216)

<sup>41</sup> Sobre o registro do Imaginário em Lacan: “Grosso modo, podemos dizer que o Imaginário é aquilo que o homem tem em comum com o comportamento animal. Trata-se de um conjunto de imagens ideais que guiam tanto o desenvolvimento da personalidade do indivíduo quanto sua relação com seu meio ambiente próprio”. (SAFATLE, 2020, p. 35)

O eu em sua vertente imaginária aponta para esse lugar de identidade, reconhecimento, constituído pelas qualidades que o sujeito atribui a si mesmo enquanto um saber. É um lugar que imaginariamente o sujeito acredita saber tudo de si, porém, a emergência do inconsciente aponta o furo que essa vertente tenta tamponar. (ERLICH; ALBERTINI; 2008, p. 59)

Para fundamentar o debate, Zana e Perelson (2018) retomam uma fala da psicanalista brasileira Vera Iaconelli publicada na Folha de São Paulo, em 2018<sup>42</sup>, na qual ela aponta que, quando o analista ocupa a posição de identificação demandada pelo paciente e escuta a partir dela, por conta de uma suposição de que a compreensão do analista às questões apresentadas na análise advém da ideia de que ambos tenham vivenciado uma mesma experiência, há a destituição do analista da sua posição pois, na verdade, isso obstruiria a escuta.

Ademais, como demonstra Nasio (1999) sobre as fases do tratamento psicanalítico, a terceira fase consiste em desestabilizar uma demanda de amor constituída na primeira fase, tornando-a uma demanda mais “pura”. Isso significa dar abertura para surgimento de uma “Demanda” que representa mais fielmente a pulsão recalcada e o objeto central do Eu. Segundo Nasio, esse é o momento mais rico do processo e mais fortemente transferencial. Tendo em vista que, “o momento da transferência ocorre quando todas essas camadas imaginárias desaparecem e só resta a última camada, a mais próxima desse objeto” (NASIO, 1999, p. 16), torna-se explícito que a análise precisa destituir-se de elementos imaginários, principalmente aqueles que circundam a imagem do analista, para abarcar um tratamento no registro do Simbólico (por meio da linguagem e do significante) que visa o real. Assim:

A relação transferencial estabelecida entre analista e analisando pressupõe um campo de vivências subjetivas em que o acolhimento é condição necessária, mas não suficiente. Trata-se de uma “pesquisação” (pesquisa + ação), pela qual a investigação resulta numa desnaturalização do já dado ao acompanharmos suas condições históricas de possibilidade. Nossa aposta é que, nessa escavação genealógica, as razões caíam por si só, gerando a desconstrução do que estava formatado, das marcas identificatórias que aprisionavam o

---

<sup>42</sup> IACONELLI, V. Lugar de escuta, lugar de fala. *Folha de São Paulo*. Opinião. São Paulo, 03 abr. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2018/04/lugar-de-escuta-lugar-de-fala.shtml>>.

sujeito, estreitando o campo de possíveis. O que hoje é pode ser diferente, levando a um modo singular de existência, levando à invenção de si. (COUTINHO, 2022, p. 221)

O fenômeno comentado por tais autores não é exatamente novo. Pode-se encontrar uma similaridade – como exposto no capítulo 3 com base nas pesquisas de Bulamah (2014) – no caso de Richard Isay que, frente a postura institucional que fomentava a patologização da homossexualidade, compreendia que os pacientes homossexuais poderiam se beneficiar da análise com psicanalistas abertamente homossexuais. Em um texto publicado no mesmo ano com o psicanalista Thamy Ayouch, intitulado como “A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia” (2014), Bulamah e Ayouch apontam para o principal argumento dos psicanalistas que se posicionam contrários a analistas homossexuais: a exposição da vida privada que afetaria o imperativo de neutralidade incumbido ao analista em favor a uma militância homossexual.

Desse modo, expor a homossexualidade implicaria em renunciar à neutralidade, o que demonstra um ideal do analista neutro, na medida que “um psicanalista vestindo o seu anel de casamento estaria então revelando aquilo que deveria deixar segredo” (AYOUCHE; BULAMAH, 2013, p. 124). Os autores reivindicam, então, que explicitar a heterossexualidade a partir do “anel de casamento” estaria no mesmo registro de expor a vida privada sendo homossexual – ao passo que, a cargo da neutralidade, não revelar a homossexualidade é tão necessário quanto não revelar a heterossexualidade. É nítido que, por trás da reivindicação da neutralidade, está operando um discurso homofóbico que objetiva, também, proteger um ideal de universalismo. Como conclui os autores:

Consequentemente, a sexualidade do analista aparece, politicamente, no centro de um dispositivo de relações de poder. Ela não pode ser considerada só subjetivamente ou de forma metapsicológica independentemente das consequências políticas da sua teorização e das práticas ao seu respeito. (AYOUCHE; BULAMAH, 2013, p. 120)

A problemática apontada aqui, então, não diz respeito a própria homossexualidade do analista ou, em um sentido mais amplo, a identidade do analista. O ponto de questionamento é a sustentação da análise alicerçada por um traço identitário e a promessa de que a segurança estaria garantida, também,

pela identidade. Como se a priori, houvesse a certificação que, por pertencer ao mesmo grupo identitário a analista “compreenderia” o sujeito, seria sensível ou empático ao seu sofrimento. Ainda que haja o ideal de que vivências semelhantes podem resultar em uma certa compreensão do relato ou posição diante da vulnerabilidade, algo que supostamente garantiria que o analista não endereçasse discursos violentos –, o que como adverte Santos e Polverel (2016), implicaria supor que o analista estaria fora dos arranjos de poder – como afirma Iaconelli, se o analista se identificar com essa posição demandada pelo sujeito e manejar a análise a partir dela, a escuta está completamente comprometida. Como expressam Ferraz e Moretto:

Propomos que, diante de grupos marginalizados socialmente, os processos identificatórios são fundamentais, principalmente enquanto estratégia política de grupos que precisam de algum modo fazer valer seus direitos, sua voz, bem como serem reconhecidos e se reconhecerem no campo do social a partir de novas representações. Assim, a ideia é tomar os traços identitários de determinados grupos sociais como contingentes, isto é, eles posicionam o sujeito diante do Outro que é também sócio-histórico, com consequências nas representações e no imaginário social. (FERRAZ; MORETTO, 2016, p. 5)

Portanto, tomar os “traços identitários como contingentes” é fundamentalmente divergente de operar pela identidade, dar consistência a este elemento imaginário e, então, construir uma certa substancialização ou materialização da identidade. Como se esta fosse inerente ao sujeito e o representasse em sua totalidade. É preciso então, compreender a identidade como estratégia de reconhecimento e no seu sentido histórico – o que é diferente de fomentar uma política identitária. Inclusive, é importante reiterar as críticas à identidade formulados por Butler e fundamentadas por outros autores, expostas anteriormente no capítulo 2.

O propósito de discutir tal fenômeno relaciona-se a intenção de construir um debate produtivo sobre elementos da clínica, em especial a posição do analista, que geram descontentamentos dos sujeitos não normativos, pelo seu caráter estigmatizante e violento. Portanto, objetiva-se abordar no início do capítulo essa discussão com intuito de propor uma argumentação que não se limite – e não “caia” – no campo das identidades, tendo em vista que esta proposta é falha, individualiza uma problemática que compete a todo corpo

psicanalítico e impede análises efetivas sobre a dinâmica de saber e poder implícita nos atos e discursos produzidos pelo campo psicanalítico sobre as experiências não-normativas. Portanto:

A clínica, nessa perspectiva, é voltada para o processo de produção da diferença e trabalha, centralmente, com a precariedade e instabilidade de todas as identidades, inclusive a do próprio saber psicanalítico. Trata-se de uma prática subversiva que desloca e descentra. (COUTINHO, 2022, p. 221)

#### **4.2. Por uma clínica situada**

Com intuito de suscitar interrogações e propostas para uma clínica psicanalítica condizente com as questões de seu tempo e as interpelações postas em cena, sem cair em uma solução reducionista e ilusória proposta pelo identitarismo, é preciso localizar a dimensão histórica, social e política que atravessa a psicanálise. Como afirma o psicanalista Thamy Ayouch:

[...] uma visão meramente intra-psíquica do sexual-infantil, desvinculada da relação social e do contexto histórico, dá lugar a uma concepção normalizadora da sexualidade que esquece a sua determinação histórica, instituindo dessa maneira uma norma e patologias. (AYOUCH, 2015, p. 16)

É posta em questão, então, a análise acerca dos dispositivos clínicos, atentando-se para um sujeito enredado pelo social, político e institucional, tendo em vista que a psicanálise não se mantém alienada à dicotomia entre social e psíquico. Em Freud, a questão da incidência da sociedade sobre o sujeito é iniciada com a problemática moral posta como opositora ao desejo inconsciente, como apresentado no caso Dora, no embate entre os desejos sexuais e a imagem de “boa moça”. Mais adiante, na teorização sobre a sexualidade infantil e a constituição do sujeito, Freud seleciona a tragédia grega – a peça cultural Édipo-Rei – para dar conta no campo da universalidade da cultura, algo observado na clínica e teorizado na metapsicologia, o que marca a inter-relação entre clínica, metapsicologia, cultura e sociedade (ROSA; ESTEVÃO; BRAGA, 2017).

Na sequência de obras de Freud, a preocupação com a política aparece mais nitidamente com a escrita de “Psicologia das Massas e Análise do Ego”<sup>43</sup>, “O Futuro de uma Ilusão”<sup>44</sup>, “O mal-estar na civilização”<sup>45</sup> e “Por que a Guerra?”<sup>46</sup>. É essencial retomar a dimensão política e social na historiografia da psicanálise, considerando que este campo fica silenciado na cena, atuação e posição da clínica. Isso produz efeitos na escuta dos sujeitos, ao passo que “o modo como os homens se organizam na sua vida social, a maneira como produzem os bens para viver, tudo isso está articulado à forma como representam a si e aos outros” (ROSA; ESTEVÃO; BRAGA, 2017, p. 4). Portanto, a relação entre a psicanálise e o campo da política se dá a partir da análise da relação de afetação do sujeito e as dimensões sociais, em outras palavras, a inserção do sujeito no meio e no laço social e os efeitos dessa inserção. Há, então, um atravessamento entre subjetividade, política e a dimensão inconsciente, considerando que a psicanálise se ocupa, também, da análise do social e tem como objeto de estudo uma subjetividade constituída por processos narcísicos (formação do Eu) e pela alteridade (incidência do laço social).

Situar a dimensão política articulada ao “fazer analítico”, postula um horizonte ético para clínica, e inaugura a concepção “clínica-política”, que consiste na associação entre a compreensão do sujeito em seu contexto sociopolítico e uma análise dos efeitos provocados por esse contexto na geração de sintomas e desarticulação subjetiva impeditiva da construção do sintoma. O “fazer analítico”, ou seja, a posição do analista, é condição fundamental para uma escuta ético-política quando considera o “sujeito em escuta” pelo seu caráter de desamparo social e discursivo. Para tanto, parte-se da análise das formas de alienação constitutivas para este sujeito que ocupa, agora, as margens do funcionamento social, e os limites da psicanálise e da escuta do

---

<sup>43</sup> FREUD, S. 1921. *Psicologia de Grupo e a Análise do Ego*. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, Vol. XVIII, 1976.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. 1927. *O Futuro de uma ilusão*. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, Vol. XXI, 1987.

<sup>45</sup> \_\_\_\_\_. 1930. *O Mal-estar na Civilização*. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, Vol. XXI, 1987.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. 1933. *Por que a guerra?*. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro, Imago, Vol. XXII, 1974.

analista. A questão da posição e escuta do analista será trabalhada ao longo de todo esse capítulo, como o impasse e o motor para uma clínica crítica condizente aos sujeitos não-normativos. Contudo, ressalta-se a necessidade de articulá-la ao campo do social, em que há operando, sob efeito no analista, o confronto com um sujeito em situação de extremo desamparo – algo que denuncia a posição do analista de usufruto da mesma ordem social e que pressupõe um certo recalçamento das estruturas de poder que causam esse desamparo (ROSA; ESTEVÃO; BRAGA, 2017).

Segundo a psicanalista brasileira Miriam Debieux Rosa (2002), a escuta psicanalítica ocorre no campo intersubjetivo da transferência, o que envolve o sujeito e o analista. O analista ocupa a posição de suposto saber sobre o sujeito em escuta, o que permite que, com a renúncia do analista do lugar de saber, o sujeito produza uma fala endereçada a alguém que acredita que sabe sobre si e, a partir disso há: em primeiro, a apropriação do sujeito sobre sua fala; em segundo, a possibilidade de produções de efeitos de significação no sujeito – tendo como horizonte o seu desejo – mediante apontamentos e intervenções do analista<sup>47</sup>.

No artigo em questão, Rosa (2002) está preocupada com a escuta de pessoas em situação de pobreza e desamparo social, o que pode ser transposto para o debate da escuta dos sujeitos não-normativos na medida que há um marcador econômico importante constituindo, principalmente, a experiência trans e de mulheres travestis. Além disso, Rosa analisa a condição de precariedade destes sujeitos através de imposições do capitalismo como regime econômico e social, que instaura condições de “desamparo social”, “desamparo discursivo”<sup>48</sup> e “violência simbólica”<sup>49</sup>, ou seja, um sujeito em relação a uma matriz que confere marginalização e tem a dessubjetivação como principal efeito.

---

<sup>47</sup> “A intervenção do analista, igualmente flutuante, evoca os “achados”. Os padrões com que o analisando se relaciona com o mundo vão sendo problematizados. Ao evocar e equivococar os sentidos congelados, estes são desconstruídos justamente ao serem identificados; do mesmo modo que novos sentidos, ainda no nascedouro, podem emergir, sentidos que estão por vir.” (COUTINHO, 2022, p. 222)

<sup>48</sup> Sobre o conceito de “desamparo discursivo” ver mais em PUJÓ, Mário. Trauma e desamparo. *Revista Psicoanálisis y el hospital*, Buenos Aires. v. 17, p. 29, 2000.

<sup>49</sup> Sobre o conceito de “violência simbólica” ver mais em: BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. Fundamentos de uma teoria da violência simbólica. In: *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Tradução de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 15-75.

Nesse sentido, identifica-se que, estando a matriz heterossexual no cerne da circunscrição da abjeção dos sujeitos não-normativos, estão postos os efeitos de tais condições (desamparo social, desamparo discursivo e violência simbólica) exemplificados pela: desproteção estatal e política que deveria garantir condições mínimas de direitos humanos; submissão ao discurso social dominante e, com isso, às regências sociais responsáveis pela produção da marginalização e abjeção; por fim, a exposição do sujeito ao contato com o traumático viabilizada pela precarização das estruturas discursivas que sustentam o vínculo social, que tem como efeito a dessubjetivação e a reiteração da exclusão social. A posição do sujeito em relação à norma e os efeitos dessa inscrição no laço social são importantes para compreender o campo da escuta clínica e a própria relação transferencial e contratransferencial, ao passo que a precariedade subjetiva constituída em contato com o laço social ressoa no *setting* analítico e produz impasses na escuta do analista; impasses suscitados pela resistência do analista (ROSA, 2002).

Segundo Rosa (2002), a resistência opera como entrave da escuta, causada pelo horror no contato com o estrangeiro (o estranho), tornando a escuta insuportável, na medida em que “confrontado com sua própria estrutura fantasmática, sobrevém a resistência e o analista sai do lugar de escuta” (ROSA, 2002, p. 7). A insuportabilidade da escuta e o caráter de estrangeiro são revividos na relação transferencial na qual analista e analisando ocupam posições opostas na estrutura social, a partir do binarismo inclusão/exclusão. A dinâmica da posição do analista garantida pela ordem social – posição esta que proporciona lugar de fala e escuta – e a do analisando excluída dessa ordem, o que possibilita uma concepção imaginária de estar “fora” da estrutura social, fortalece a resistência do analista a estes discursos e dificulta a relação intersubjetiva fundamental para a psicanálise.

Desse modo, ocupar posições sociais – e, portanto, discursivas – opostas, conjuntamente com a negação do horror causado pelo contato com o estranho (“infamiliar”) e o desconhecimento sobre a vivência de vulnerabilidade do sujeito em escuta, abre margens para uma série de efeitos que acarretam a reiteração da exclusão social, agora no campo da escuta e clínica. Entre eles: a enunciação de preconceitos e estereótipos; a reificação das relações de poder na análise; a

responsabilização do sujeito pela sua condição de precariedade; a vitimização do sujeito, o que impossibilita reconhecê-lo como sujeito de desejo; e, por fim, o impedimento ao sujeito de construir verdades sobre si, principalmente quando o analista não se destitui da posição de detentor da verdade (ROSA, 2002).

Há, portanto, operando a revivência da estruturação social na relação analítica. O contato direto com essa estruturação permite, por parte do analista, que usufrui da posição de reconhecimento, o encontro com o insuportável recalçado da possibilidade de existência na precariedade, ou seja, “excluí-los e usufruir do gozo da posição imaginária de estar do lado do bem, da lei” (ROSA, 2002, p. 8). É nesse sentido, que Rosa aponta para necessidade de uma escuta que rompa com o pacto de silêncio que sustenta a posição de usufruto do analista, o que implica refletir sobre os regimes sociais, políticos e de identidade que orquestram lugares de reconhecimento e de exclusão. Em vista disso, é necessário que o posicionamento ético-político da clínica esteja composto pelo resgate de pontos cegos sobre as dinâmicas de poder que regem a situação social, lembrando que o psicanalista usufrui dessas dinâmicas e as recalca. Portanto é preciso dar voz ao recalçamento que reifica às disparidades sociais e em análise, em articulação com reconhecimento, por parte do analista e da teoria psicanalítica, do analisando como um sujeito desejante atravessado pelo inconsciente. Em suma, é pela via do posicionamento ético-político que o sujeito pode se revelar.

Como afirma o psicanalista José Stona (2022), tem algo de “protetivo” na posição dos analistas que representa uma utilização elitista da psicanálise e denota uma problemática em torno da formação do analista. Lembremos da estrutura vigente historicamente das Sociedades de Psicanálise de barrar candidatos abertamente homossexuais à formação de analista, prática esta que constata uma marcação normativa de raça, classe e gênero das instituições psicanalíticas e que corrobora com posições normativas dos analistas no quesito do lugar de escuta e como essa escuta acontece. É nesse ponto, que Stona e Ferrari (2020a) reposicionam o conceito de “gênero” como dispositivo que articula a psicanálise com o registro da política.

[...] o gênero serve à clínica para pensar justamente em como há sofrimento naqueles que se veem presos em

compulsoriedades normativas e nas consequências da naturalização da cisgeneridade como modelo de inteligibilidade e, inclusive, como modelo de escuta para alguns psicanalistas. Mas, principalmente, serve para entender que esse sofrimento não é intrapsíquico, ou seja, que o sujeito não sofre por “não ser cisgênero”. Esse sofrimento é, sim, produzido politicamente por uma cisnormatividade estrutural das leituras dos processos subjetivos. [...] Hoje, a recusa por parte de analistas sobre as temáticas de gênero perpetua terapias corretivas, discriminações, estigas e violências clínicas, lembrando um passado não tão distante, em que as homossexualidades já estiveram, também, nos manuais diagnósticos e na mesma posição via psicanálise. (STONA; FERRARI, 2020a, p. 116)

Como a “psicanálise é uma fábrica de subjetivação” (STONA, 2022, p. 19), constroem-se enquadres sobre o que é o sujeito, qual a noção de desenvolvimento normal (e, portanto, anormal, como as teorizações que associam a homossexualidade à inversão e perversão) e como se dá o humano. Essas noções produzem um espectro de inteligibilidade e abjeção, seguindo ideais passíveis de uma leitura normativa. Reposicionar o “gênero” na centralidade das reflexões sobre uma clínica estigmatizante é recuperar a dimensão social na análise das práticas e discursos psicanalíticos e instalar um horizonte ético para a prática analítica. Como afirma Stona (2022), tem algo que precisa ser subvertido na proposta dessa análise: não mais um olhar provocado por uma “curiosidade etiológica” sobre os sujeitos normativos que os objetificam, o que resulta em uma super preocupação com a suposta “epidemia trans”, mas uma crítica direcionada aos analistas e o seu projeto de trabalho com a singularidade que se apresenta como marginalizada, *queer* e abjeta.

Como demonstram Stona e Ferrari (2021), este “olhar” dos psicanalistas aos sujeitos não-normativos, diz sobre a própria formação do analista em instituições que historicamente adotaram pensamentos etiológicos essencialistas e normativos. Tal formação que parece impedir que o analista se ocupe na relação analítica da posição de “objeto a” (causa do desejo), e tenha como horizonte ético a construção e instituição de saberes proporcionados exclusivamente pelo sujeito em escuta, garantindo ao analista um discurso oposto ao discurso do mestre, sustentado pelo não-saber.

É importante retomar tais noções para a análise dos elementos que organizam a formação do analista e incidem sobre a escuta clínica normativa.

Em suma, Stona e Ferrari (2021) apresentam alguns elementos que carecem de reflexão: o processo de institucionalização da psicanálise e a escolha de tomar a cisheteronormatividade como matriz sexual dominante, única e regente; os dispositivos de formação que estabelecem critérios a níveis institucionais de seleção para a formação de analista (o que denuncia categorias normativas e elitistas); e a própria singularidade do leitor que pode operar para um exercício de criticidade com os textos psicanalíticos, promovendo o desmantelamento de conceitos datados por uma postura ética. Desse modo, percebe-se que desconsiderar os marcadores sociais que atravessam a produção de pesquisa, ensino e transmissão da psicanálise interfere no modelo de escuta oferecido pelos analistas, pois ao invés de seguir o horizonte da ética da psicanálise (que envolve o desejo e discurso do analista), a formação e escuta estão associadas ao que Foucault denominou como “regimes de verdade”<sup>50</sup> (STONA; FERRARI, 2021).

Estando os regimes de verdade constituídos pelas relações de poder, a verdade é definida pelos arranjos estruturais normativos de práticas e discursos detentores do poder. Nesse sentido, as instituições de psicanálise pautadas pela falta de atravessamentos de marcadores interseccionais, de representatividade e assentadas em leituras normativas da identidade, definem o que é passível de ser escutado e o que pode ser dito. Tal concepção de escuta está em contradição ao compromisso da psicanálise de criar condições para a fala, validar e reconhecer uma singularidade e deixar emergir o sujeito do inconsciente em consonância ao seu desejo. Aponta-se, então, uma formação de psicanalistas que fomenta os pontos de surdez da escuta do analista, movidos pela resistência do analista, em que está preponderante suas próprias expectativas, a busca por etiologias e diagnósticos e uma ética totalitária com práticas adaptativas, normalizadoras e doutrinárias, ou seja, uma clínica da patologização (STONA; FERRARI, 2021). Além disso, como discutido nesse subtópico, uma concepção teórica e clínica sobre o sujeito limitada ao âmbito do “intrapsíquico” que desconsidera atravessamentos sociais, históricos e políticos e promove uma escuta desconexa ao laço social.

---

<sup>50</sup> Sobre “regimes da verdade” ver mais em: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

### 4.3. O “monstro” e os limites do humano

A concepção de sujeito não-normativo e os mecanismos que concebem tais sujeitos foram amplamente discutidas no segundo capítulo, mas introduz-se, agora, outros aspectos fundamentais para a produção de questionamentos à escuta clínica: a condição de monstro e os limites do humano. Na introdução de “Corpos que importam: os limites discursivos do ‘sexo’”, Judith Butler (2020) apresenta a associação entre a categoria da “abjeção” e a categoria do “humano”, ambas tensionadas pela inadequação sexual e de gênero dos sujeitos não normativos — que repercutem na análise sobre a condição social e escuta clínica desses sujeitos. Nas palavras da filósofa:

Tais atribuições ou interpelações contribuem para o campo de discurso e poder que orquestra, delimita e sustenta aquilo que qualifica como “ser humano”. Vemos isso de uma forma mais clara nos exemplos desses seres abjetos que não parecem estar apropriadamente generificados; a própria humanidade deles é questionada. Na verdade, a construção do gênero opera apelando para meios de exclusão, de forma tal que o humano não só é produzido sobre e contra o inumano, mas por meio de um conjunto de forclusões, supressões radicais às quais se nega, estritamente falando, a possibilidade de articulação cultural. Portanto, não é suficiente afirmar que os seres humanos são construções, pois a constituição do humano também é uma operação diferencial que produz o mais ou menos “humano”, o inumano, o humanamente inconcebível. Esses locais excluídos, ao se transformarem em seu exterior constitutivo, chegam a limitar o “humano” e a assombrar tais limites, por representarem a possibilidade persistente de sua irrupção e de sua rearticulação. (BUTLER, 2020, p. 25-26)

Para pensar as qualidades da abjeção e os limites do humano, o psicanalista brasileiro Eduardo Cunha (2021) reflete sobre clínica psicanalítica de sujeitos dissidentes através da categoria do “monstro”. Como debatido previamente, os marcadores sociais do sujeito em escuta ressoam na relação analítica, principalmente operando na resistência do analista e, como aponta Cunha (2021), as noções de “humano” e “monstro” participam dessa operação. Retomando o livro “Eu sou o monstro que vos falo”, tributário da fala proferida por Preciado em 2019 na Escola da Causa Freudiana, Cunha (2021) analisa a escuta das experiências transidentitárias, focando no caráter de “monstro” e como isso incide sobre relação transferencial. Para além disso, questiona as possibilidades de enunciação de um sujeito percebido como monstro na análise,

escutado por um psicanalista que se depara com uma existência que expõe os limites da humanidade, e estando situado em uma teoria que historicamente teorizou esse sujeito como tal, atrelando-o à condição de perverso.

A “monstruosidade” é uma experiência em transição, na qual aspectos naturais, biológicos e transcendentais não fazem parte; o que há operando é a falta de significação e enquadramento do corpo e das práticas nos regimes estético e político regidos por sistemas de saber e poder. Como afirma Preciado (2022), “o monstro é aquele que vive em transição. Aquele cujo rosto, corpo e práticas não podem ser considerados verdadeiros em um regime de saber e poder determinados” (p. 36). O produto desses arranjos discursivos e práticos é postular por uma única possibilidade de humanidade, ilusoriamente verdadeira e natural e, a partir da definição do que constitui tal humanidade, excluir outras formas de existência — assentadas na patologização e condenação moral —, conferindo a impossibilidade de reconhecimento desses sujeitos. Como demonstra Cunha (2021), o que deve estar no cerne da pretensão de uma clínica ético-política é o próprio questionamento e subversão do que constitui o humano, em outras palavras, quem é possível de ser reconhecido como humano e reivindicar direitos. Como afirma Butler, em uma entrevista concedida à psicanalista Patrícia Porchat:

Antes de tudo, não sei se existe algo universalmente verdadeiro sobre todos os humanos. Eu me preocupo com as normas que governam a questão de quem será considerado humano e quem não, mas não acho que exista um humano fora das normas. Penso que algo acontece quando as normas se rompem, ou quando se resiste às normas, ou quando as normas produzem um campo de assim chamados seres humanos fora das normas. E isso é interessante para mim porque há um modo pelo qual a categoria do humano ao mesmo tempo permite o reconhecimento de certos humanos e produz uma impossibilidade para outros. (PORCHAT, 2010, p. 167)

É importante mencionar que essas “normas que governam”, nomeadas por Butler, atuam por regime estético específico que delimita as condições de humano. Na psicanálise, isso perpassa pelo crivo da diferença sexual (e das leituras normativas sobre o Complexo de Édipo), que incide sobre o registro do simbólico — o que percebemos, captamos, reconhecemos e consideramos possível — promovendo um espectro limitado para a inteligibilidade e formas de

humanidade, ou, como afirma Jack Halberstan<sup>51</sup>, concepções de realidade limitadas, já que o humano está intrinsecamente relacionado ao que pode ser real. A psicanálise deve ter em vista que, quando se conjectura um campo para o humano — e assim, insuficiente humano e não humano — e a posição de quem não performa ou não tem suas práticas, corpos e discursos em consonância com as normas de sexo e gênero, fica fora do campo de possíveis; o sujeito teorizado pela psicanálise se restringe à estética da diferença sexual e uma ilusória condição de a-historicidade e universalidade. Parte-se dessa disposição os atributos para a formação do “mostro” (CUNHA, 2021).

Como demonstra Preciado (2022), há a necessidade de incidência da dimensão política nos processos de subjetivação para que o restrito campo de possíveis possa se flexibilizar, possibilitando aberturas para outras formas de apreensão do mundo e de reconhecimento, já que a mudança subjetiva é indissociável da transformação política. É preciso, então, que a psicanálise se atente, atravessada pela dimensão política, ética e social, para a atribuição e reiteração da condição de monstrosidade imposta ao sujeito dissidente, em especial para as contribuições históricas do campo psicanalítico que proveram argumentos para a exclusão de tais sujeitos associando-os à perversão e a psicose pela suposta recusa da diferença sexual, da dimensão real da sexualidade, da castração e da lei simbólica (CUNHA, 2021). Em outras palavras, da materialização do sexo no corpo (pela via das normas de poder) e da concepção de sexualidade, na medida que:

[...] o “sexo” é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o “sujeito” pode chegar a ser totalmente viável, o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2020, p. 17)

Segundo Leite Júnior (2012), os monstros são aqueles sujeitos que transitam entre os “limites” dos sexos e gêneros e causam tanto repulsa, ódio, medo quanto curiosidade, desejo, espanto. O monstro é a representação de algo que está fora da naturalidade, do conhecido, na ordenação dos registros normais — é o “outro” a partir de um ordem real única — e que revela as bordas entre humano e inumano. Na concepção de Leite Júnior, o monstro é uma categoria

---

<sup>51</sup> Ver mais em: HALBERSTAN, Jack. *A arte queer do fracasso*. Recife: Cepe, 2000.

de tentativa de reconhecimento social que opera no limite das categorias, na medida que “a monstrosidade é a infinita e possível mixagem, união e/ou barramento entre as categorias socioculturais” (LEITE JÚNIOR, 2012, p. 562). Os modos de relação com o monstro, pela desqualificação, violência, sarcasmo e nojo denunciam que estes são lidos socialmente como não-humano (ou sub-humanos), sendo possível afirmar que é a categoria do “monstro” que dá forma e limites à categoria do “humano”, já que funciona como seu oposto.

O autor argumenta que o discurso que opera na monstrosidade é constituído por um imaginário adquirido pela religião, criminologia, medicina e política que concebem os sujeitos-monstros como passíveis de patologização e criminalização. Retomando o período da Idade Média, no qual a imagem do monstro foi associada ao demônio, conjuntamente com todo o peso moral que tal caracterização dispõe (algo essencialmente destrutivo, maligno, equivalente ao caos e ao mal), Leite Junior (2012) demonstra que se manejava o monstro pelo aniquilamento e pela destruição.

Já no século XIX, a categoria da monstrosidade passou a ser atrelada ao sexual e ao erótico, mais propriamente, ao desvio da norma sexual. Com o surgimento da ciência sexual<sup>52</sup> e da taxonomia, a qualidade de “monstro” passa a ser designada aos sujeitos que violavam algum ordenamento considerado divino, natural, psicológico ou social, sendo nomeados como perversos, pervertidos, parafílicos e anormais. Tanto a categoria de sexualidade quanto a ordem violada são, como demonstra Leite Júnior (2012) fundamentado por Foucault<sup>53</sup>, categorias ilusórias, já que estão assentadas em uma suposta naturalização da sexualidade e da diferenças entre os sexos posta em questão com o surgimento da categoria dos hermafroditas (intersexos) e as cirurgias de “correção sexual”.

---

<sup>52</sup> Destaca-se o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing, responsável pela obra “Psychopathia Sexualis”, publicada em 1886. (vide nota 11, p. 33 deste trabalho).

<sup>53</sup> Ver mais em:

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. 8 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, M. *Os anormais: Curso no collège de France - 1974-1975*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

O autor demonstra que são esses os marcos históricos que se inscreveram no imaginário social que continua reiterando práticas e discursos patologizantes e estigmatizantes aos sujeitos trans, travestis e intersexuais, ao passo que, “a ambiguidade sexual não perde lugar, mas é principalmente interiorizada” (LEITE JUNIOR, 2012, p. 565). Está posta a concepção de um perigo constitutivo dessas categorias, pela via do crime ou pela via da doença, por uma criminologia e medicina baseada em binômios de saúde e doença, lei e crime, normal e anormal e, resgatando Preciado (2022), na insistência da naturalidade da diferença sexual.

Como enunciado por Cunha (2021) e Leite Júnior (2012), a categoria de monstro está interrelacionada a concepção de “humano” e, em extensão, põe em questão a própria noção de “sujeito”. Como interroga a psicanalista Patrícia Porchat: “minha noção de sujeito é compatível com a noção de ser humano que tem direitos e necessidades?” (PORCHAT, 2013, p. 197), ou seja, um sujeito de liberdade, de reconhecimento e de possibilidade de existência. Porchat recorre à teoria da performatividade em Butler (2019) a partir de sua ideia de que não há um agente (uma essência ou substância) por trás dos atos performativos que reiteram o gênero, na medida que as concepções de “pessoa”, “indivíduo” ou “ego” são categorias ilusórias — aparentam ilusoriamente uma substancialidade do “ser” — produzidas pelos atos.

[..] processo pelo qual *um sujeito* assume, se apropria, adota uma norma corporal não como algo a que, estritamente falando, ele *se submete*, mas como uma etapa pela qual o sujeito, o “eu” falante, é formado em virtude de ter passado por esse processo de assumir o um sexo (BUTLER, 2020, p.17)

Dizer que o “ser” é uma categoria ilusória, instaura uma questão sobre a noção de sujeito e a própria materialidade do corpo, na medida que se compreende que o sujeito não é uma unidade metafísica que pode ser assimilado como “agente” ou “fazedor” de seus atos. Posto isso, “não se poderia conceber um agente que se apropriaria de um gênero desde um lugar sem gênero ou pré-gênero. Já estaríamos desde sempre ‘generizados’”. (PORCHAT, 2013, p. 197). Portanto, a questão que recai sobre os sujeitos não-normativos, considerando que o sujeito é necessariamente “generizado”, é que a matriz heterossexual, a partir de um imperativo normativo, concebe uma esfera (um

campo de realidade) de identificações possíveis para a constituição do sujeito. Judith Butler demonstra que:

Desse modo, essa matriz excludente pela qual os sujeitos são formados requer a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são “sujeitos”, mas que formam o exterior constitutivo do domínio do sujeito. O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. Essa zona de inabitabilidade vai constituir o limite que circunscreve o domínio do sujeito; ela constituirá esse lugar de pavorosa identificação contra a qual – e em virtude da qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação por autonomia e vida. (BUTLER, 2020, p. 17-18)

A esfera inteligível, como o “campo do sujeito”, e o abjeto, como “campo das identificações temidas”. Contudo, como já mencionado por Butler no trecho acima, Porchat (2013) aponta que o abjeto — o “outro”, aquilo expelido ou jogado para “fora” — que foi exteriorizado da lógica heterossexual normal, também participa da formação no “interior”, do sujeito heterossexual, na medida que o sujeito se forma por identificação e a exclusão o funda, operando na sua constituição. Dessa forma, “o trânsito entre os gêneros é o nosso próprio interior, excluído, jogado para fora. Repudiamos aquilo que nos funda enquanto seres supostamente ideais” (PORCHAT, 2013, p. 200). Nas palavras de Butler:

Nesse sentido, o sujeito é constituído por meio da força de exclusão e abjeção que produzem um exterior constitutivo para ele um exterior abjeto que é, afinal, “interior” ao sujeito como seu próprio repúdio fundacional. (BUTLER, 2020, p. 18)

A formação de um sujeito requer identificações com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como um espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a regulação das práticas identificatórias de tal forma que a identificação com a abjeção será persistentemente repudiada. (BUTLER, 2020, p. 19)

Mas, como isso opera no campo da relação analítica? O confronto com os limites do humano em si e no outro é uma experiência central nos processos gerais de análise, mas é evidenciado na escuta dos sujeitos dissidentes, já que

o aspecto do “monstro” atravessa a relação transferencial na análise em que esses sujeitos estão implicados. Segundo Cunha (2021), a relação contratransferencial é marcada por um silenciamento por parte do analista que, por conta de aspectos inconscientes, quando entra em contato com o que é impossível de suportar, de sustentar ou de se reconhecer como verdadeiro ou possível, impossibilita a condição de fala do sujeito, e assim, produz o silenciamento. Sobre isso, Porchat (2010) afirma:

Quando falamos sobre o campo da inteligibilidade de gênero, estávamos falando sobre instituições, categorias e linguagens existentes que podem fazer com que o gênero tenha sentido. O reconhecimento é uma relação intersubjetiva, e, para um indivíduo reconhecer o outro, ele tem que recorrer a campos existentes de inteligibilidade (PORCHAT, 2010, p. 168).

Tem algo de “mal-estar” do analista em relação ao sujeito em escuta que, como demonstra Cunha (2021), está intimamente ligado à inscrição do caráter histórico da perversão — e, com ela, a monstruosidade — que retoma qualidades antinaturais e inumanas e reincidem na compreensão do analista de um sujeito de vivências marginais insuportáveis. A insuportabilidade vem de um “desencontro identificatório”, no sentido de que o analista tem como impossível as experiências do sujeito, consta como impossível ser como ou viver como ele. A questão posta, então, se dá na margem de possíveis e impossíveis que estão de acordo entre sujeito e analista, em que os limites identificatórios ficam restritos à incapacidade (contratransferencial do analista e teórica por parte da teoria psicanalítica) de reconhecer o outro como possível, qualificando-o como “monstro” ou “estrangeiro” a partir de uma socialização que concede um regime estético sexual específico. Nas palavras de Cunha:

A meu ver, o que define essa experiência do encontro com o monstruoso – produzindo, de fato, sua monstruosidade – é sobretudo o fato de que não conseguimos nos identificar com ele em praticamente nenhuma medida, não podendo, assim, reconhecer nele o humano que acreditamos ser. Identificá-lo como monstro é assim a resposta à impossibilidade de identificar-se a ele, impossibilidade, em última instância, de nos imaginarmos em seu lugar, vivendo o que ele vive. Definir o perverso como monstro implica, portanto, situar sua experiência fora do campo de possibilidade subjetivas que habitamos ou podemos habitar. (CUNHA, 2021, p. 43)

As indagações do autor passam a girar em torno da posição de estrangeiro ocupada por esses sujeitos, considerando as falas de Preciado (2022), que demonstra uma outra linguagem do monstro que não é a hegemônica — esta que ele precisa aprender a falar para fazer parte — e o reconhecimento deste em uma ordem simbólica com pressupostos restritos. Constatar os limites identificatórios e suas motivações abre espaço para ampliação das fronteiras de definição e para a construção de campos de possíveis flexíveis, nos quais sejam possíveis formas de existências incômodas, estranhas, *queer* ou “infamiliars”. Como apresenta Porchat (2010):

Não acho que exista uma forma humana singular, não acho que exista uma capacidade humana singular, mas o que eu acho sim, provavelmente na base do meu trabalho há essa suposição, é que os seres humanos, se as condições sociais forem solidárias – e esse é um requisito importante –, se as condições sociais forem solidárias, os seres humanos, como os outros animais, buscam persistir em seu próprio ser. [...] o indivíduo persiste em seu próprio ser apenas em relação aos outros, e apenas na medida em que as relações com os outros permitem uma grande afetividade ou uma maior expressividade desse desejo de viver. E é por isso que as condições sociais precisam ser propiciadoras. Não é uma capacidade interna, é uma capacidade que vem a ser vivida e exercida nas relações sociais. Então para mim não é uma parte monádica da minha existência, é algo que só se torna possível no contexto de um conjunto de relações. Não posso persistir em meu próprio ser sem ser parte de um mundo social que torna isso possível e em relação com outros, que, em certo sentido, precisam solicitar ou apoiar meu desejo de viver. (PORCHAT, 2010, p. 167-168)

Os pontos ressaltados neste trecho de Porchat (2010) dialogam com as propostas de clínica enunciadas por Cunha (2021). Tais proposições se iniciam a partir de um questionamento sobre a possibilidade (ou potencialidade) de produção na clínica de novas formas de existir. Segundo o psicanalista, em “Eu sou o monstro que vos falo”, Preciado (2022) aponta para um horizonte otimista para a clínica psicanalítica: postula que a clínica pode ser uma tecnologia de invenção de subjetividades dissidentes em relação à normatividade, ou seja, o *setting* analítico como campo de transformação ética, em que haja validação, reconhecimento, legitimação e abertura para a produção de novas formas de sujeito.

Para materialização dessa perspectiva de Preciado, Cunha (2021) atrela a exigência da psicanálise estar em relação com outros campos do

conhecimento (principalmente à teoria feminista, ao transfeminismo e aos estudos *queer*), a indispensabilidade da psicanálise se separar do regime da diferença sexual — o que implica transformações teóricas e na escuta clínica — e a importância de desconstruir a suposta universalidade do homem branco e heterossexual, assumindo a precariedade, alteridade e singularidade de todos os sujeitos. Além disso, aponta para os limites da linguagem hegemônica e sua relação com a verdade — considerando a fala o elemento central da clínica psicanalítica — para que não haja o silenciamento do sujeito a partir da enunciação de uma verdade de um outro (CUNHA, 2021).

Em oposição a isso, preconiza uma clínica em que o sujeito seja reconhecido, tenha condições para falar, produzir verdades<sup>54</sup> sobre si e centralizar seu desejo; tendo em vista que a fabricação de novas subjetividade se faz por meio de atos em que o sujeito se enuncia. Como já mencionado por Cunha (2021), a posição do analista é o elemento central para a concretização das propostas, na medida que é evidenciado uma certa “surdez” dos analistas no encontro com a abjeção, monstruosidade, ininteligibilidade, inumanidade ou *queer*, que ressoa na própria precariedade que se encontra, também, no analista. Tal mecanismo incide sobre os “limites possíveis da identificação”, em que os sujeitos não normativos estão “fora” por não serem lidos como humanos, ao passo que:

Nesse sentido, não se trata, no processo analítico, de modo algum da identificação do analisante, mas, em sentido inverso, da necessidade de que o analista se identifique minimamente com a experiência vivida por seu analisando, para que possa reconhecê-lo como humano, interessar-se pela sua língua e assim ir ao encontro da sua fala. (CUNHA, 2021, p. 48)

Desse modo, novamente a questão problemática enfatizada não diz respeito à necessidade de identidades similares que supostamente garantiriam uma boa condição da análise sem a enunciação de discursos e práticas violentas. O que os autores demonstram é a necessidade do próprio

---

<sup>54</sup> Segundo Lacan “[...] o sintoma só é interpretado na ordem do significante. O significante só tem sentido por sua relação com outro significante. É nessa articulação que reside a verdade do sintoma. O sintoma tinha um ar impreciso de representar uma irrupção da verdade. A rigor, ele é verdade, por ser talhado na mesma madeira de que ela é feita, se afirmarmos materialisticamente que a verdade é aquilo que se instaura a partir da cadeira significante” (LACAN, 1966/1998, p. 235)

reconhecimento do analisando como um outro que fala, que pode falar e deve ser ouvido. Para isso, é pressuposto que opere o reconhecimento deste como sujeito e humano, conferido em um enquadre de existências possíveis.

#### 4.4. A clínica das “multidões”

A indiana Gayatri Spivak, importante figura do movimento intitulado como pós-colonialismo, no seu célebre artigo “Pode o subalterno falar?” (SPIVAK, 2010), questiona as produções intelectuais ocidentais que invisibilizam e silenciam a possibilidade de enunciação e escuta do sujeito subalterno. Este processo é orquestrado a partir do intelectual ocidental ser posto como agente do conhecimento e criar representações sobre os sujeitos do Terceiro Mundo como Outros — o que supostamente permite que possam escrever e falar por eles. O subalterno, então, é aquele que não pode falar, marcado pela voz que não é ouvida, pela exclusão social, política e econômica significativa e pela representação que é insuficiente. Além disso, constrói uma crítica aos movimentos e teorias que propõem políticas representacionais, quando estas não estão articuladas e não têm como agente, também, os sujeitos subalternos; ou seja, o papel do intelectual ocidental não seria falar *pe/o* subalterno. Interroga, então, o “dizer pelo outro”, as afirmações discursivas sobre um outro que instauram uma verdade sobre o seu corpo e subjetividade e o colocam no lugar único de objeto. No limite, Spivak (2010) aponta para formulações de uma “violência epistêmica”. Destaca-se o trecho:

É impossível para os intelectuais franceses contemporâneos imaginar o tipo de Poder e Desejo que habitaria o sujeito inominada do Outro da Europa. Não é apenas o fato de que tudo o que leem - crítico ou não crítico - esteja aprisionado no debate sobre a produção desse Outro, apoiando ou criticando a constituição do Sujeito como sendo a Europa. É também porque, na constituição do Outro da Europa, um grande cuidado foi tomado para obliterar os ingredientes textuais com os quais tal sujeito pudesse se envolver emocionalmente e pudesse ocupar (investir?) seu itinerário- não apenas pela produção ideológica e científica, mas também pela instituição da lei. (SPIVAK, 2010, p, 45-46)

Desse modo, Spivak (2010) aponta para os limites da representação e como ela se alude ao “falar-por”, na medida em que tanto a “representação” quanto o “falar-por” pressupõe uma dinâmica dialógica — de fala e escuta — e

esta posição de agência e escuta não é experienciada por sujeitos subalternos. Nesse sentido, demonstra como a tentativa de representação dos grupos subalternizados é mediada por um outro que, na interpelação promovida por Spivak, é ocupado pela imagem do intelectual. Segundo a autora há uma incongruência nesse modo de ação, na medida que se explica o mundo e se postula sobre o sujeito por um ponto de vista único, que tampona outras experiências, ou seja, “uma explicação e uma narrativa de realidade foram estabelecidas como normativas” (SPIVAK, 2010, p. 48).

É importante abordar o caráter da subalternidade exposto por Spivak por alguns pontos: em primeiro lugar, a demonstração da constituição do sujeito subalterno que nas análises de Spivak tem como matriz hegemônica a Europa, mas pode ser transposta na relação inteligibilidade e abjeção sustentada pela matriz heterossexual; além disso, da denúncia realizada à “violência epistêmica” ou seja, à posição de silenciamento frente às produções epistêmicas sobre si (SPIVAK, 2010), algo que se assemelha à posição dos sujeitos não-normativos diante da teorização psicanalítica sobre suas experiências; e, por fim, a reflexão sobre a subalternidade serve para pensar a problemática clínica central que envolve os sujeitos não normativos: a posição de subalternidade em divergência à posição de enunciação. Mas será esse o sujeito da psicanálise, o sujeito subalternizado, impossibilitado de falar? Seria este o sujeito que a psicanálise reivindica e fomenta? Seria esta uma posição possível para um sujeito em análise?

Segundo Erlich e Alberti (2008), a psicanálise se descolou do discurso médico quando foi capaz de garantir um lugar central para a subjetividade, que pressupõe a articulação entre sintoma e história do sujeito e tem em seu cerne, então, a singularidade. Este processo foi conjunto com o rompimento de Freud com o “saber”, ou seja, constituiu-se o discurso psicanalítico pelos furos do saber, a noção de incompletude do sujeito e o “saber ainda não sabido” da cena analítica. Portanto, o método psicanalítico<sup>55</sup>, assim, introduz o elemento central e único de sua prática: o sujeito do inconsciente — “Lacan nomeia o sujeito do

---

<sup>55</sup> Lacan sobre o método psicanalítico: “Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real.” (LACAN, 1953/1988, p. 259)

inconsciente esse instante em que algo de sua verdade irrompe, desorganizando a estrutura do eu” (ERLICH; ALBERTI, 2008, p. 58). Desse modo:

Colocando o sujeito no lugar do próprio endereçamento do discurso psicanalítico, Freud operou uma subversão disso, e os pensamentos, sejam eles quaisquer, passaram a situar-se no campo do inconsciente, lugar onde fazer valer, pela fala do analisando, a clínica psicanalítica. (ERLICH; ALBERTI, 2008, p. 55)

Os autores relembram os primórdios da psicanálise, quando Freud, à pedido de uma paciente histérica, passa a priorizar a fala dos sujeitos que escuta; a fala passa a operar como fundadora da psicanálise, aquilo que alicerça a práxis psicanalítica. Como expõe Fochesatto (2011), pela primeira vez durante a história do tratamento da loucura (o que engloba a histeria), é dado ao sujeito o recurso e o direito da palavra e o reconhecimento da fala. Como posto anteriormente, há uma inversão em relação ao saber médico, na medida que se inverte também quem dispõe do saber e pode trazê-lo à tona. Esta inversão também decorre de não mais ouvir o relato de outros sobre a paciente, mas pedir para que ela produza um conhecimento sobre si; algo fundamentalmente contrário da posição do subalterno exposto por Spivak (2010). A “cura pela fala” — nome atribuído por Anna O., paciente histérica atendida por Breuer — refere-se à possibilidade de conexão de ideias, presentificação de memórias e lembranças, apresentação de reminiscências, sonhos, representações, sintomas, pelo recurso da palavra; em especial, pelo elemento central do método psicanalítico, a associação livre. Destaca-se, portanto, dois trechos:

a) A linguagem, para Lacan, não é só o tema que impulsiona seu ensino como também o que ele eleva ao estatuto de lei que rege o psiquismo humano. A lei de que se trata é a lei do Outro, como determinante para o sujeito, na mesma proporção em que aponta para o lugar onde o desejo habita. Assim, a lei do ser falante é a lei do desejo, que só pode aparecer por meio da mediação simbólica, manejada pela linguagem, o que coloca a indissociável relação entre desejo e linguagem. (ERLICH; ALBERTI, 2008, p. 56)

b) O que está em jogo em uma análise é o problema da relação do sujeito entre a fala e a linguagem. A fala pode ser definida como a forma que cada sujeito vai utilizar-se da linguagem. (ERLICH; ALBERTI, 2008, p. 56)

O intuito de trazer o “sujeito da psicanálise” é demonstrar como este ocupa uma posição radicalmente oposta ao sujeito subalterno. Enquanto a subalternidade implica o silenciamento, seja ele epistêmico ou narrativo, pela impossibilidade de reconhecimento do sujeito subalternizado como enunciador válido, o trabalho analítico consiste fundamentalmente em dar voz ao sujeito, em propor um espaço em que ele possa falar o que não pode ser dito, enunciar-se e, portanto, colocar seu desejo em um lugar central, de destaque. Nesse sentido, compete ao analista dar condições de “fazer falar”, ou seja, condições para que a fala possa surgir pela via da associação livre (por parte do analisante) e da atenção flutuante (por parte do analista). Portanto, a posição do analista implica que haja atenção para esta fala, em especial, para as manifestações inconscientes do desejo (CUNHA, 2022).

Como apontado nos trechos acima, quando a psicanálise se diferencia do discurso científico (médico, psiquiátrico etc.) e escuta o analisante no seu lugar de sujeito do inconsciente, há, impreterivelmente, uma aposta de enunciação de desejo. Portanto, o sujeito com o qual a psicanálise trabalha nunca poderia ser impossibilitado de fala, principalmente da fala sobre si, já que é unicamente por esta que existe material para análise, transferência<sup>56</sup>, surgimento de escapes inconscientes, tratamento analítico frente ao sintoma e ética psicanalítica — operada a partir do desejo<sup>57</sup>. Como é possível, então, uma psicanálise que se pautе, teórica e clinicamente, em elementos que reificam a condição de subalternidade dos sujeitos não-normativos, condição esta que é, por si, anti-psicanalítica?<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup> “De acordo com Lacan, a transferência vai aparecer onde é linguagem, já que o funcionamento desta última coloca, de um lado, o emissor e, de outro, um ouvinte” (ERLICH; ALBERTI, 2008, p. 55)

<sup>57</sup> “A tese de que a linguagem estrutura o inconsciente, isto é, de que a outra cena que determina o sujeito é feita de linguagem, tornou possível a compreensão de resoluções de questões e sintomas pela via da análise já que, se o sintoma, por exemplo, é da ordem do inconsciente, então ele se estrutura como uma linguagem, podendo desfazer-se por meio dela. As modulações do discurso que se dão pelas operações de linguagem velam e revelam, ao mesmo tempo, o desejo.” (ERLICH; ALBERTI, 2008, p. 56)

<sup>58</sup> Lembremos um trecho da fala de Preciado na Escola da Causa Freudiana à comunidade psicanalítica “EU, um corpo trans, um corpo não binário, a quem nem a medicina, nem o direito, nem a psicanálise, nem a psiquiatria reconhecem o direito de fala sobre minha própria condição na qualidade de especialista, ou de produzir um discurso ou uma forma de conhecimento sobre mim mesmo, aprendi, como Pedro Vermelho, a língua de Freud e de Lacan, do patriarcado colonial, a língua de todos os que estão presentes nesta sala, e a quem me dirijo agora”. (PRECIADO, 2022, p. 14)

Na tentativa de abarcar e recuperar a possibilidade de voz de tais sujeitos, silenciado e subalternizado, os psicanalistas Ângela Coutinho (2022) e Eduardo Cunha Leal (2022) trabalham com o conceito “multidão de minorias” — termo advindo de “multidões *queer*” de Preciado (2011) — que articula o campo individual ao coletivo. Há então, uma “multidão” de corpos dissidentes que se recusa ao encaixe, enquadre ou limitação da identidade e ideais normativos, o que garante a não unificação e massificação concebida pelas designações identitárias e essencialistas, sendo estas do registro físico, simbólico ou estratégico. Nesse sentido, a “multidão” se dá como um corpo coletivo constituído pela multiplicidade de corpos singulares, em que se opera diversas singularidades pela organização da criação de direitos comuns. Há em vista a impossibilidade de fuga de modelos ou sistemas de massa, pela necessidade estratégica na procura por reconhecimento e reivindicação de direitos; entretanto, não se perde a emergência e atravessamentos próprios da singularidade e do desejo. A “minorias”, então, é posta para marcar o caráter de grupos historicamente minorizados, que se constituem por um traço de identidade em comum e pela falta de reconhecimento e representatividade no social. Enunciar os sujeitos não-normativos como “multidão de minorias” expressa que a constituição de suas subjetividades está sob incidência de problemas políticos (laço social), e situa a prática clínica em um horizonte ético-político.

A “multidão” é utilizada, nesse sentido, como símbolo político para os sujeitos dissidentes, abjetos e não-normativos, e retoma o caráter de potência política que está atrelada à possibilidade de enunciação. Quando o atravessamento da subalternidade é introduzido na reflexão sobre as condições e limites da escuta e nos modos históricos hegemônicos e normativos da atuação da clínica psicanalítica, constrói-se um horizonte analítico de criação de escuta viabilizada que, aquilo que foi silenciado, encontre caminhos de ser dito, o que possibilita uma potencialização política e subjetiva (CUNHA, 2022). Como adverte Cunha (2022), para que isso possa ser concretizado, é preciso que haja reflexões e análises sobre os modos hegemônicos de atuações na clínica psicanalítica, ou seja, interrogar quais são as condições e limites da escuta. Para tal intuito, Ambra (2016) aponta a exigência de denunciar os “modos

hegemônicos” como norma, o que implica em reconhecê-la, nomeá-la e destituí-la da posição de “naturalização invisibilizante”, ou seja, tratar enquadres/matrizas normativas como construções culturais e históricas, ao invés de verdades absolutas, universais e transcendentais. Como afirma Preciado “não há universalidade nas narrativas psicanalíticas das quais vocês falam” (PRECIADO, 2022, p. 31). Logo:

O ato de nomear o discurso dominante da sexualidade como distinto de um natural, de um universal silencioso é um ato político por excelência, pois dar um nome é confrontar o sujeito com a impossibilidade de uma suposição imaginária compartilhada e, portanto, leva necessariamente a um questionamento sobre sua posição no discurso do Outro. Dito de outra maneira, nós humanos quase sempre acreditamos que falamos e agimos no mundo a partir de uma perspectiva externa e universal. Mas quando alguém dá um nome à nossa posição, percebemos que ela pode ser apenas uma entre muitas e passamos a nos enxergar mais como objetos de um discurso do que como agentes neutros. (AMBRA, 2016, p. 104)

Para pensar caminhos possíveis que concretizem essa proposta de clínica, sugere-se o artigo “A multidão das dissidências de gênero e a clínica psicanalítica”, de Eduardo Leal Cunha (2022), através de uma linha argumentativa que repensa a clínica psicanalítica a partir da destituição da matriz diagnóstica-etiológica e da apropriação de uma perspectiva ético-política. Realiza-se tais propostas neste subtópico, compreendendo que foi traçado um percurso crítico e argumentativo ao longo da pesquisa que realça, precisamente, o que está em jogo na formação de uma “escuta surda” dos sujeitos não-normativos — algo que será reiterado a seguir. Para iniciar, destaca-se um trecho de Cunha (2022):

[...] uma clínica da multidão das minorias será aquela pensada, não como espaço de enfrentamento de uma disfunção dos processos de desenvolvimento psíquico ou de correção dos rumos e circunstâncias pelas quais nos tonamos humanos, mas como campo de experimentação ética onde novas formas de existência, singulares e contingentes, sejam produzidas e/ou legitimadas. (CUNHA, 2022, p. 166)

Cunha (2022) realça uma série de pontos essenciais para pensar a “clínica da multidão” que foram discutidos ao longo desta pesquisa, mas serão retomados por este artigo e pelas contribuições dos psicanalistas Pedro Ambra

(2016) e Thamy Ayouch (2015). Entre eles: o vínculo entre a psicanálise e os discursos médicos e jurídicos, principalmente em relação à produção diagnóstica; a singularidade da clínica e do sujeito desejante em oposição à suposta universalidade das formulações teóricas e classificações psicopatológicas; a problemática em torno da diferença sexual como dispositivo hipoteticamente ontológico e sustentador da subjetividade e ordem simbólica, o que implica em leituras normativas de diversos pontos teóricos, em especial acerca do Complexo de Édipo; a essencialização e reiteração das categorias identitárias em oposição à destituição subjetiva, o que incide sobre instâncias imaginárias como a identidade; e, por fim, o lugar do saber em relação à posição do analista e do “especialista”.

Cunha (2022) relembra da historiografia que a psicanálise se encontrou em diversos momentos em fusão com o discurso psiquiátrico, em especial com o exemplo da associação entre a “homossexualidade” e transexualidade” com as categorias de perversão e psicose. Como aponta o psicanalista, esta associação põe em questão a própria noção de humano, sobretudo por estar pautada na diferença sexual e na sua articulação com a metáfora paterna, ordem simbólica e pacto civilizatório, e compreende o perverso como alguém que perverte a própria noção de humano. Ayouch (2015) resgata as formulações da transexualidade, e aponta que esta categoria advém do encontro entre o discurso médico e jurídico para criar a “patologia transexual”, e foi reeditada pela psicanálise pelo freudianismo norte-americano medicalizado e pelo lacanismo, denunciando a suposta queda do Simbólico. Em relação a esta visão normativa da psicanálise em relação à homossexualidade e transexualidade, o psicanalista aponta que “as duas ficaram vinculadas à noção psiquiátrica de sexo, que agrega uma sexuação (identificação de gênero) e uma sexualidade (orientação de desejo)” (AYOUCHE, 2015, p. 24) que estão sustentadas por concepções biologizantes de feminilidade e masculinidade da medicina do século XIX. Portanto, esta visão psicanalítica da sexualidade resgata a patologização psiquiátrica e se baseia na mesma normatividade “dimorfista” e “heterocentrada”

Desse modo, segundo Cunha (2022), os psicanalistas que operam por esta lógica adotam um modelo nosográfico herdado da psiquiatria para estabelecer um enquadre contratransferencialmente o trabalho do analista no

tratamento. Ele propõe três efeitos para isso. Primeiro, Cunha (2022) adverte para os riscos da associação entre a psicanálise e os dispositivos médicos que, além de preconizar a correção (como lógica de tratamento) para uma disfunção, centraliza o “saber” na figura do médico, atribuindo a ele o lugar de especialista que decifra a experiência vivida por um outro e enuncia uma verdade sobre ele. Portanto, a figura do médico, do “mestre da verdade”, escuta o sujeito trans objetivando o diagnóstico, de inteligibilidade — ponto que impacta o tratamento e o prognóstico, partindo para uma suposta “cura”. Sobre isso, Ayouch (2015) aponta para uma necessidade de reposicionamento metodológico da psicanálise, na medida que é preciso colocar os sujeitos não-normativos no lugar de “expertise” de suas experiências.

Um segundo ponto destacado por Cunha (2022), é a compreensão da vivência trans como um “erro”, uma “disfunção” ou “desrazão” que implica na associação entre sujeitos não-normativos e sujeitos loucos ou maus. O analista que opera pelo enquadre da perversão ou psicose — ou seja, busca uma etiologia a partir de uma falha ou perturbação do processo de desenvolvimento psíquico — silencia o sujeito não-normativo situando-o no registro do erro, o “infantilizando” como incapaz de produzir e enunciar verdades sobre si e reconhecer que há algo real em seu corpo. Em outras palavras, há a uniformização das experiências, com base no ideal de desenvolvimento e constituição normal, sendo que a autonomia/saber do processo é transferida ao “analista-especialista”.

O terceiro elemento evidenciado por Cunha (2022) é relacionado fundamentalmente às condições e possibilidades de fala no contexto clínico, ou seja, abertura para experiências singulares. Tendo em vista as histórias de sujeitos não-normativos marcadas intensamente pela recusa do outro e pelos seus gênero e sexualidades não reconhecidos no meio social, Cunha (2022) propõe que o trabalho clínico opere pela reinvenção subjetiva do passado que dê condições para um futuro possível, a partir de dois pontos: a recuperação e ressignificação da história singular vivida, e a realização da recuperação de memória que, através da gestão da economia pulsional, produz novas possibilidades de existir. Em síntese:

Mais uma vez, temos o silenciamento de experiências singulares por meio da uniformização e apagamento das diferenças, pois aqui a generalização que, por meio do diagnóstico, supõe caracteres estruturais ou constitutivos comuns a experiências diversas, se desdobra na suposição de uma história também comum; enquanto o que testemunhamos ao escutar pessoas trans, é, ao contrário a busca por uma história singular e, mais do que isso, em contínua reconstrução, pois se materializa em uma identidade instável e em um corpo que não faz uma transição, mas que existe em trânsito. Como afirma uma pessoa trans: “eu não estou em transição, eu sou em transição.” (CUNHA, 2022, p.174)

Segundo Ambra (2016), o discurso médico é pautado por um quadro diagnóstico com base em uma etiologia, uma semiologia e um tratamento. No caso dos sujeitos não-normativos, em especial das experiências trans, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) caracteriza a transidentidade como o quadro psicopatológico de inadequação do indivíduo em relação ao seu sexo biológico, intitulado como “Disforia de gênero”. Tal caracterização advém da compreensão de uma série de manifestações psicológicas que são nomeadas como sintomas.

Para Ambra (2016), não existe a possibilidade dessa forma de diagnosticar na psicanálise por três motivos. Em primeiro lugar, por conta do método: na psicanálise, a única possibilidade de efetuar um diagnóstico é sob transferência, ou seja, o material de análise não são os sintomas “apresentados” pelo sujeito, mas sim uma análise como ele se coloca diante do Outro<sup>59</sup>, portanto, a “transexualidade”, “homossexualidade” ou qualquer categoria identitária, não poderiam ser um diagnóstico em si porque podem ser significadas e operar de modos diferentes nas narrativas dos sujeitos em seus modos de alienação. O segundo ponto concerne ao tratamento: o tratamento psicanalítico não intui a cura, ele consiste em dar voz ao sujeito (como já visto anteriormente), o que difere radicalmente do tratamento médico que pressupõe cura por conta de um estado de “doença”.

---

<sup>59</sup> É importante esclarecer a noção de Outro em Lacan: “O grande Outro como discurso do inconsciente é um lugar. É o alhures onde o sujeito é mais pensado do que efetivamente pensa. É a alteridade do eu consciente. É o palco que, ao dormir, se ilumina para receber os personagens e as cenas dos sonhos. É de onde vê mas determinações simbólicas da história do sujeito. É o arquivo dos ditos de todos os outros que foram importantes para o sujeito em sua infância e até mesmo antes de ter nascido. O grande Outro, em Lacan, se escreve com a inicial maiúscula e assim dispensa o adjetivo “grande”, pois já se sabe que se trata do Outro, que se distingue do (pequeno) outro” (QUINET, 2012, p. 11).

Como reitera Rodrigues (2016), repensar os protocolos de diagnósticos é premissa básica para a clínica de sujeitos não-normativos, na qual não esteja operando a insistência em deter um saber supremo e estático que instaura a “verdade da transexualidade” ou ‘verdade da homossexualidade”, ao passo que fechar ou confirmar um diagnóstico — e uma verdade sobre o sujeito — não deve ser objeto dos psicanalistas. Sobre o estatuto da verdade, é imprescindível considerar que “as verdades se configuram como contingentes, singulares e não universais. Toda verdade é histórica e tem o estatuto de ficção. Ela vale enquanto funciona” (COUTINHO, 2022, p. 214). Por fim, Ambra (2016) chama atenção para a condição de inadequação sexual compreendida pelos discursos médicos, sociais e jurídicos como exclusiva aos sujeitos trans, mas que, na teoria psicanalítica, é condição primordial de todo ser falante quando consideramos o inconsciente e, portanto, o caráter de não-todo do gênero em detrimento da suposta unidade de identidade.

Tais pontos incidem sobre o caráter imaginário da identidade que, ao longo da análise (tratamento analítico) será tensionado — e passível de desconstrução —, e a própria significação do saber e não-saber situado na análise. Como mostra Ayouch (2015), a identidade é uma postura imaginária que fomenta uma “unidade”, “essência” e “substância” da feminilidade e masculinidade, tanto em pessoas cis quanto trans. Portanto, é essencial que a psicanálise retome que “Contra a identidade, a abordagem psicanalítica visa inscrever a plasticidade psíquica em movimentos identificatórios provisórios” (AYOUCH, 2015, p. 29), na medida que a identificação e a identidade são sempre inacabadas. É importante pontuar que a identidade sexual é constituída por uma alienação contingencial, através de elementos sociais e libidinais e não biológicos. Ambra (2016) argumenta tal posicionamento retomando as formulações do Complexo de Édipo, que consiste na “gramática oriunda de um processo dialético, a partir da qual uma criança deseja e se identifica a partir da suposição que faz do desejo de quem foi o suporte de seu grande Outro” (AMBRA, 2016, p. 116). Nesse sentido:

[...] em um tratamento o que está em jogo é descentrar o sujeito de um conjunto de crenças que ele ou ela tem tanto sobre si quanto sobre o mundo ao seu redor. Ao proporcionar um percurso dessa natureza a partir do inconsciente – e, portanto,

sem nenhum tipo de direcionamento ou controle possíveis – a análise operaria uma subversão do sujeito a partir da dialética do desejo [...] (AMBRA, 2016, p.106-107)

O tratamento compreendido no trecho acima vai ao encontro da “ética da fala”, ou seja, na interpelação ao analisante, “a desprender-se das certezas que algumas pessoas carregam em nome do inesperado trazido pela fala” (AMBRA, 2016, p. 111), na medida que o fundamental de uma análise é o lugar que o sujeito ocupa no discurso do Outro e que maneira ele se aliena a este lugar. Tal proscrição de análise psicanalítica ou tratamento psicanalítico fica em evidência quando se compreende a associação livre (método fundamental da prática analítica) como “prática que suspende qualquer regime de inteligibilidade prévio, tendo em vista que denuncia o dito como suporte imaginário de um sentido fixo compartilhado entre duas pessoas, transformando-se em um dizer” (AMBRA, 2016, p. 111). Assim, a análise intenta fazer com o que o sujeito reconheça a existência e agência de normas que operam na sua subjetividade e que anteriormente (à análise) eram tidas como “normais”. Sobre a noção de normalidade, Ambra afirma:

Não há normalidade para a psicanálise, visto que todo sujeito falante está submetido a uma lei singular que condiciona sua capacidade normativa. As possibilidades de cada sujeito criar novas formas de vida são muito mais restritas do que se imagina, posto que o inconsciente não é um depositário de ideias esquecidas, ou um oceano de indeterminação, mas uma máquina com uma lógica própria. (AMBRA, 2016, p. 114)

Postular um anti-ideal de normalidade para a psicanálise implica, para além de desestabilizar um horizonte hegemônico de tratamento de acordo com saberes específicos (o que impede a singularidade do processo analítico pautado no inconsciente e no desejo), em desnormalizar um enquadre de sexualidade normal e, portanto, repensar tanto classificações psicopatológicas segundo uma nosografia assentada na diferença sexual. Como adverte Rodrigues (2016), uma visão normativa de sexualidade — além de ser anti-psicanalítica — produz categorias ininteligíveis, abjetas e subalternas de gênero e sexualidade, tendo em vista que a psicanálise é um dispositivo de produção de inteligibilidade cultural que opera performativamente a partir das suas formulações discursivas, ou seja, produz aquilo que teoriza e circunscreve como

realidades e possibilidades de existência reconhecíveis (inteligíveis) de gênero e sexualidade.

Então, postular um enquadre para a sexualidade (enquadre ideológico, moralista e com pressupostos arraigados de concepções submetidas à matriz heterossexual) é anti-psicanalítico, e, como demonstra Ayouch (2015) retomando as contribuições de Laplanche, esquece-se que “o sexual é múltiplo, polimorfo, descoberta fundamental de Freud que encontra seu fundamento no recalçamento, no inconsciente, no fantasma. É o objeto da psicanálise” (AYOUCH, 2015, p. 27). É importante apontar que quando se pensa em análise e, portanto, em inconsciente, o sexual diz respeito ao libidinal, não ao biológico. O “sexual” proposto advém das concepções freudianas de sexualidade infantil, como perversa e polimorfa, e se perde quando a sexualidade é vinculada e restrita ao aparelho genital. Desse modo:

A hipótese que desenvolveremos é que uma visão meramente intrapsíquica do sexual-infantil, desvinculada da relação social e do contexto histórico, dá lugar a uma concepção normalizadora da sexualidade, instituindo assim ao mesmo tempo uma norma heterocentrada herdada do modelo da família conjugal valorizado pela psiquiatria social e suas decorrentes patologias. (AYOUCH; BULAMAH, 2014, p. 116)

Nesse sentido, é preciso historicizar a diferença sexual — tal como desenvolve o historiador Thomas Laqueur em “Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud” (2001)<sup>60</sup> — compreendendo que ela sustenta categorias identitárias como “masculinidade” e “feminilidade”, “heterossexualidade” e “homossexualidade”, “cisgeneridade” e “transgeneridade” com base em pressupostos biológicos e discursos científicos e médicos. Ainda, é necessário destituir teórica e clinicamente a utilização de categorias identitárias pautadas em pressupostos biológicos e ontológicos, como o caso da “transexualidade” — categoria inventada pela psiquiatria a partir do imperativo supostamente a-histórico da diferença sexual. Como afirma Ayouch “(...) quando considera a transexualidade como uma categoria que existe ontologicamente, em si, ela se torna anti-psicanalítica” (AYOUCH, 2015, p. 23-24). Para isso, é essencial contestar as próprias formas de uso dessas

---

<sup>60</sup> LAQUEUR, Thomas W. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

categorias sexuais na psicanálise, ou seja, como o discurso psicanalítico faz valer, reifica, naturaliza ou subverte essas noções. Nesse sentido, é fundamental que a escuta do sujeito seja embasada em análises subjetivas e sociais: o sujeito precisa ser situado histórica e politicamente, os arranjos de saber e poder que o constituem precisam ser considerados e o inconsciente deve ser abordado atentando-se ao sistema sexo/gênero, em especial, às incidências das prescrições de gênero na subjetividade (AYOUCH, 2015). Assim:

Definindo a “diferença sexual” como categoria ontológica transcendental, os psicanalistas representantes dessa teoria se esquecem que “corpo” em psicanálise não se reduz a um real orgânico, sendo este sempre acessível a partir da fantasia e da linguagem. Essa corrente, que acredita-se psicanalítica, parece fechar os olhos – e na clínica os ouvidos – para todo um aparato teórico acumulado pela antropologia e pela sociologia que mostra a instabilidade e variação desta noção binária entre “os sexos”. (RODRIGUES, 2016, p. 175)

Com base em tais fundamentos, Cunha (2022) apresenta como proposta clínica o abandono da matriz diagnóstica-etiológica (sustentada pelo discurso médico, em especial psiquiátrico, e jurídico) para adesão a perspectiva ético-política das “multidões *queer*” (sujeitos dissidentes). Na visão do autor, isso implica em promover discussões historicamente situadas sobre o Complexo de Édipo e a estruturação subjetiva. Além disso, é preciso questionar as classificações psicopatológicas e a etiologia que uniformizam algo diverso, múltiplo e singular. Por fim, é imprescindível escutar as experiências não-normativas — no registro do discurso, do corpo e das práticas — como dispositivos que promovem um tensionamento no campo da biopolítica, da identidade e entre as definições de público e privado, e compreendê-los como aspectos centrais na subjetivação; dar voz aos sujeitos não-normativos no campo psicanalítico, mas também global, de destaque e reconhecimento social. Retoma-se a fala de Preciado:

Como a psicanálise e a psicologia normativas dão um sentido ao processo de subjetivação de acordo com o regime da diferença sexual, do gênero binário e heterossexual, todo processo de transição de gênero ou toda identificação de gênero não binária dispara uma proliferação de diagnósticos. Uma das estratégias fundamentais desse discurso psicanalítico é detectar no desenvolvimento pré-natal ou infantil do homossexual, ou do “transexual”, ou da pessoa de sexo não binário, os signos da doença, investigar o traumatismo que desencadeou a inversão.

Alguns nesta sala dirão que, ao me tornar “trans”, reneguei minha verdadeira natureza feminina. Outros dirão que já havia em mim uma natureza masculina (descrita em termos genéticos, endócrinos ou psicológicos) que procurava se expressar. Outros dirão ainda que são desejos escondidos de meus pais (sempre imaginados como um casal binário e heterossexual, se possível branco) que terminaram por se materializar para fazer o que sou hoje. Tudo isso não passa de simplificações grotescas. Não sou de maneira alguma o que vocês imaginam. Não sei nem mesmo o que sou. (PRECIADO, 2022, p. 32)

A clínica seria o espaço, então, de abertura para outras formas de definição e legitimação do sujeito, outros modos de existir e estar no laço social, como um campo de experimentação ética<sup>61</sup> que é, inerentemente, resistente aos modos de dominação e normatização. Para isso, como exposto anteriormente, é preciso que a psicanálise recupere o seu horizonte ético e lembre-se de que trabalha com o sujeito do inconsciente, que é fundamentalmente desejante e enunciador de suas verdade.

Por tanto, a “clínica psicanalítica no campo de experimentação ética” pretende dar voz à potência da multidão, na medida que cria espaços nos quais o sujeito subalterno possa falar e ser escutado. Segundo Cunha (2022), somente reavaliando as questões discutidas anteriormente, concedendo um lugar de destaque à dimensão política nas reformulações teóricas e práticas clínicas, e tendo este horizonte ético é que a psicanálise pode não operar como um dispositivo de poder, de assujeitamento, mas sim como prática libertária e de transformação, pois “a liberdade [...] é algo que se fabrica” (PRECIADO, 2022, p. 23).

---

<sup>61</sup> “A ética se interessa pelas condições de produção do sujeito. É a função propriamente ética do sujeito que lhe possibilita uma margem de liberdade, autonomia, iniciativa e responsabilidade ante as determinações históricas alienantes, aprisionantes. Como duas faces da mesma moeda, ao sujeito passivo, moral, assujeitado, se contrapõe o sujeito ativo, ético, que resiste ao assujeitamento” (COUTINHO, 2022, p. 214).

## 5. Considerações finais

Em “A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico”, Pedro Ambra (2016) realiza uma discussão acerca do caráter supostamente subversivo da psicanálise. À princípio, o autor faz uma ressalva ao aspecto hegemônico da comunidade psicanalítica, lembrando que não existe “A” psicanálise e sim uma multiplicidade heterogênea de práticas e discursos. Desse modo, os psicanalistas que se inclinam a posições mais normativas, patologizantes e silenciadoras não correspondem ou representam universalmente a psicanálise. Por isso, tentou-se nesta pesquisa utilizar fundamentalmente psicanalistas como mediadores da articulação de críticas e interpelações ao campo teórico e clínico. Além disso, dizer que a psicanálise é natural e inteiramente subversiva, por sua prática e produção de conceitos, seria considerá-la “fora” da sociedade alienada e dos arranjos de saber e poder e, desse modo, postulá-la como único projeto teórico e clínico de transformação, ou seja, “submeter todos os fenômenos ao crivo e à terminologia psicanalítica” (AMBRA, 2016, p. 110).

Como adverte Ambra (2016), a ideia predominantemente difundida de que a psicanálise seria sim subversiva impede que sejam formuladas críticas e autocríticas; portanto, neste trabalho procurou-se construir um percurso teórico que visasse apontar o caráter normativo e conservador da psicanálise e argumentasse em favor da despatologização e desnortatização da sexualidade — pautada nos estudos *queer* — sem desvalorizar ou esvaziar o saber analítico psicanalítico. Por fim, destaca-se alguns pontos:

a) (...) no sentido estritamente clínico, não é possível que a psicanálise seja cisnormativa pelo simples motivo de que o inconsciente, no âmbito da análise, é a instancia que implode qualquer possibilidade de norma compartilhada, visto que instaura sua própria norma, que é absolutamente singular. (AMBRA, 2016, p. 110)

b) [...] por apostar que para além das nomeações redutoras há sempre um sujeito desejante, a psicanálise denuncia que qualquer normatividade que não seja singular é, antes de mais nada, uma defesa contra o real. (AMBRA, 2016, p. 117)

c) A análise pode ser um procedimento desalienante quando embasada em uma ética que leva o sujeito a separar-se das demandas do discurso dominante e com isso aproximar-se do

que há de singular em seu desejo e em sua história para além das repetições subjetivas e das prescrições sociais” (RODRIGUES, 2016, p. 180)

d) A atitude clínica psicanalítica corresponde à escuta de um sujeito por outro, destinada a ajudá-lo a se subjetivar, se desalienar, e se situar no próprio desejo: ela visa oferecer um acompanhamento para o sujeito pensar seu percurso individual além do determinismo das repetições subjetivas e das prescrições sociais. Para respeitar a hipersingularidade não generalizável de todo sujeito, é preciso sair de qualquer modelo etiológico ou nosográfico da “transexualidade”, que atrapalha e impossibilita a abordagem analítica” (AYOUCHE, 2015, p. 30)

Em suma, promover um debate acerca da prática clínica suscitou em centralizar como objeto de pesquisa a própria constituição do psicanalista. Foi possível, portanto, compreender que diversos elementos fomentam posições normativas do analista na cena clínica; elementos que operam como materiais contratransferenciais e sustentam as resistências do analista que tamponam a escuta do sujeito não-normativo. Para evidenciar tais elementos e compreender como estes incidem sob a prática clínica, apresentou-se, baseado nos estudos *queer*, as dinâmicas sociais e políticas que engendram a formação do sujeito não-normativo como abjeto, monstro, dissidente, outro e subalterno. A partir do resgate de diversas formulações e eventos históricos que exibem inclinações das comunidades psicanalíticas às noções normativas de sexualidade, demonstrou-se como o campo psicanalítico pode reificar a exclusão e violência ao sujeito não-normativo.

Essa exclusão é reiterada na cena analítica em diversos âmbitos. Primeiro, destaca-se a própria formação do analista pautada por ideais de normalidade e respeitabilidade que operam a partir de uma matriz heterossexual. Configurando um enquadre normativo aos analistas, garante-se que as teorizações sobre as sexualidades dissidentes sejam feitas somente pelo viés da heterossexualidade. Assevera-se, portanto, que as concepções sobre o sujeito estejam ainda fortemente limitadas à esfera intrapsíquica, impedindo discussões que abordem os atravessamentos de gênero, raça, classe e etnia. Além disso, certifica-se que a suposta neutralidade identitária reivindicada para um bom desempenho clínico seja, necessariamente, vinculada a orientação sexual hétero do analista – problematizando somente a sexualidade do analista quando este é homossexual e trans.

Em segundo lugar, compreende-se que as teorizações conceituais historicamente violentas aos sujeitos não-normativos, quando não revistas e contestadas, podem compor o imaginário do analista em sua escuta ao sujeito dissidente. Tal ponto é de extrema importância pois abarca tanto conceitos estigmatizantes que atrelam, por exemplo, a homossexualidade e transexualidade à psicose e à perversão, quanto configuram uma escuta estruturada pela lógica psiquiátrica. Desse modo, percebe-se um abandono da premissa da singularidade e do “dizer sobre si” pela enunciação, para uma prática que busca incessantemente etiologia, sintoma, tratamento e universalidade nas configurações identitárias.

Outro ponto central que contempla os elementos transferenciais e contratransferenciais diz respeito a posição ocupada pelo sujeito dissidente e pelo analista na cena clínica. Analisar a heterossexualidade como uma matriz fundante e um sistema que confere reconhecimento para certos corpos e abjeção para outros, implica em refletir sobre como a clínica se situa dentro desses arranjos de poder. É perceptível, portanto, que um analista pouco atento aos seus privilégios econômicos, sociais e discursivos, pode repetir padrões normativos no *setting* analítico. Estar atento implica, então, em desvelar as estruturas de exclusão do sujeito não-normativo que são as mesmas que o analista usufrui – na medida que estão as voltas da matriz heterossexual. Como debatido amplamente, a posição de exclusão provoca, no limite, o não reconhecimento de sujeito e de humano.

Quando resgata-se os pressupostos da psicanálise, é nítido a potência ética fomentada pelos alicerces clínicos que centralizam o desejo e o inconsciente na escuta dos sujeitos. Posicionando-se clinicamente desta forma, postulando a sexualidade como infantil, perversa e polimorfa (marcando a dissociação entre sexualidade e reprodução) e reiterando a fala do sujeito como material central de trabalho, a psicanálise se mostra como um saber subversivo e uma prática libertária. Assim, foi possível apreender pelas pesquisas realizadas que na clínica psicanalítica, para escutar o analisando como sujeito do inconsciente, é preciso que o analista tensione seus elementos resistências e contratransferenciais. Isso implica em questionar os processos históricos da formação do analista e os conceitos estigmatizantes; desarticular o discurso

médico das concepções psicanalíticas de tratamento; destituir o analista da posição de saber sobre o outro; considerar os atravessamentos sociais na estruturação do sujeito, principalmente a incidência da categoria do gênero e da sexualidade no processo de subjetivação dos sujeitos; e, por fim, promover diálogos com outros campos de conhecimento, em especial, os estudos feministas e *queer*.

Elege-se tais elementos para o debate compreendendo que estes sustentam a condição de subalternidade do sujeito não-normativo na cena analítica, reiterando o seu silenciamento. Por isso, preconiza-se a ética psicanalítica como horizonte potencialmente transformador, já que a ética estrutura a posição do analista frente ao discurso do analisando. Desse modo, na medida que se considera a posição do psicanalista como o elemento central da clínica com sujeitos não-normativos que exige revisão, julga-se que este é exatamente o dispositivo que produzirá mudanças na cena analítica e fomentará espaços para que o sujeito não-normativo fale e seja escutado.

## REFERÊNCIAS

- AMBRA, Pedro. A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 5, p. 101-120, 2016.
- ASSIS, Maria de Fátima P. de; OLIVEIRA, Maria Lucia de. Por uma história da sexualidade entre Freud e Foucault: costuras e alinhavos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara/SP, v. 4, n. 3, p. 351-361, 2009.
- AYOUCHE, Thamy. **Psicanálise e Homossexualidades**: teoria, clínica, biopolítica. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.
- AYOUCHE, Thamy; BULAMAH, Lucas C. A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia. **Percursos** (Psicanálise), São Paulo, v. 51, p. 115-126, dez. 2013.
- BASTOS, Alice Beatriz B. I. Jacques Lacan: uma trajetória instigante. **Psicólogo informação**, São Paulo, ano 19, n. 19, jan/dez. 2015. Psicologia, p. 135-144. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229057133.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- BENTO, Berenice. É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da teoria queer ao Sul do Equador. *In*: **Transviads**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. cap. 2, p. 123-146.
- BULAMAH, Lucas Charafeddine. **História de uma regra não escrita**: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.47.2014.tde-27052014-161424. Acesso em: 2022-11-20.
- BULAMAH, Lucas Charafeddine; KUPERMANN, Daniel. A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 5, p. 73-86, 2016.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 edições, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminilidade e subversão da identidade. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal/RN, v. 2, n. 2, 2008.
- COUTINHO, Angela. O paradoxo da escuta analítica. **Tempo Psicanalítico**, v. 54, n. 2, p. 209-228, 2022.
- CUNHA, Eduardo Leal. A multidão das dissidências de gênero e a clínica psicanalítica. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 161-180, 2022.
- CUNHA, Eduardo Leal. Sobre macacos, cyborgs e transexuais: a psicanálise e os limites do humano. *In*: STONA, José (org.). **Relações de gênero e escutas clínicas**. Salvador: Devires, 2021.
- CUNHA, Eduardo Leal. A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 5, p. 7-22, 2016.

ERLICH, Hilana; ALBERTI, Sonia. O sujeito entre psicanálise e ciência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 47-63, 2008.

FERRARI, Andrea Gabriela; SILVA, Milena. Indagações contranormativas sobre os usos dos conceitos de "função materna", "função paterna" e maternagem. *In*: STONA, José (org.). **Relações de Gênero e Escutas Clínicas**. 1. ed. Salvador - BA: Editora Devires, 2021.

FERRAZ, Daniela Tankevicius; MORETTO, MLT. A identificação como fonte de iatrogenias. *In*: **XIII Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, João Pessoa. Mesa Redonda**. 2016.

FIGUEIREDO, Luís Claudio. **A mente do analista**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 2021.

FOCHESATTO, Waleska Pessato Farenzena. A cura pela fala. **Estudos de psicanálise**, n. 36, p. 165-171, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREUD, Sigmund. A análise finita e a infinita (1937). *In*: FREUD, Sigmund. **Fundamentos da clínica psicanalítica: Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

\_\_\_\_\_. Recomendações ao médico para o tratamento psicanalítico (1912). *In*: FREUD, Sigmund. **Fundamentos da clínica psicanalítica: Obras incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

\_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: **Obras completas, Volume 6: 1901-1905**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

\_\_\_\_\_. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia ("O caso Schreber"). *In*: **Obras completas, Volume 10: 1911-1913**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GANG, M. N. Rumo à mais queer das insurreições. *In*: VÁRIOS AUTORES. **Bash Back! Ultraviolência queer: antologia de ensaios**. Trad. Beatriz Regina Barboza, Emanuela Carla Siqueira, Julia do Nascimento. São Paulo, SP: Crocodilo / n-1 edições, 2020. p. 24-29.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Freud e o inconsciente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOLDBERG, Leonardo. **Freud: uma introdução à clínica psicanalítica**. São Paulo: Edições 70, 2021.

JORGE, Marco Antônio Coutinho. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan: vol.1: As bases conceituais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde? - Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, p. 559-568, 2012.

- LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem (1953). *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LACAN, Jacques. Do sujeito enfim em questão (1966). *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- LAPLANCHE, Lean; PONTALIS, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAYA, Acyr. O que os analistas pensam sobre a homossexualidade? **Psychê**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 85-104, 2007.
- MEZAN, Renato. **O tronco e os ramos**: Estudos de história da psicanálise. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 3. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2021.
- NASIO, Juan-David. **Como trabalha um psicanalista?**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- PERELSON, Simone. A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 709-730, dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/9gdyQxvRPM9ynNTY4hZ7G4n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- POMBO, Mariana Ferreira. Família, filiação, parentalidade: novos arranjos, novas questões. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 30, 2019.
- PORCHAT, Patrícia. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 01, p. 161-170, 2010.
- PORCHAT, Patrícia. Psicanálise, gênero e singularidade. **Revista faac**, v. 2, n. 2, p. 195-202, 2013.
- PORCHAT, Patrícia. Tópicos e desafios para uma psicanálise queer. **Queering**: problematizações e insurgências na psicologia contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- PRECIADO, Paul. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, abr. 2011.
- PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- QUINET, Antônio. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- RODRIGUES, C.; GRUMAN, P. Do abjeto ao não-enlutável: o problema da inteligibilidade na filosofia de Butler. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. 67–

84, 2021. DOI: 10.4000/aa.8933. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/47807>. Acesso em: 14 abr. 2023.

RODRIGUES, Gelberton Vieira. Escutando transidentidades na psicanálise: Potencialidades subversivas. **Revista Periódicus**, Salvador/BA, v. 1, n. 5, p. 171-184, 2016.

ROSA, Miriam Debieux. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Revista Textura**, v. 2, n. 2, p. 42-47, 2002.

ROSA, Miriam Debieux; ESTÊVÃO, Ivan Ramos; BRAGA, Ana Paula Musatti. Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em Estudo**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 359-369, 2017.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. 1. ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Beatriz; POLVEREL, Elsa. Procura-se psicanalista segurx.: uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. **Lacuna: uma revista de psicanálise**, [s/l], v. 1, n. 3, 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STONA, José. Gênero: (re)politizando a psicanálise. **Tempo Psicanalítico**, v. 54, n. 2, p. 11-27, 2022.

STONA, José; FERRARI, Andrea. Gênero: da formação a não escuta do analista. *In*: STONA, José (org.). **Relações de gênero e escutas clínicas**. Salvador: Devires, 2021.

STONA, José; FERRARI, Andrea Gabriela. O cissexismo como uma norma não escrita da psicanálise:(Ou: para que serve o gênero à clínica?). **Periódicus**, Salvador/BA, v. 2, n. 13, p. 102-118, mai./out. 2020a.

STONA, José; FERRARI, Andrea Gabriela. Transfobias psicanalíticas. **Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. 1, 2020b, e9778, 12 p.

TAYLOR, Dianna. **Michel Foucault: conceitos fundamentais** / editado por Dianna Taylor; tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

WITTIG, Monique. O pensamento hétero. *In*: WITTIG, Monique. **O pensamento hétero: e outros ensaios**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZANA, A. R. O.; PERELSON, S. A demanda por 'psis seguros' e a tensão colocada em cena. *In*: **Anais do VIII Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XIV Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Augusta-Rodrigues-de-Oliveira-Zana-e-Simone-Perelson\\_Psi-seguro.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org.br/wp-content/uploads/2020/02/Augusta-Rodrigues-de-Oliveira-Zana-e-Simone-Perelson_Psi-seguro.pdf)>. Acesso em: 10 abril 2023.